

SILVIA MARIA DE GÓES CARVALHO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES:  
CASOS NA GUARAPIRANGA**

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador:  
Prof. Dr. Rafael Antônio Cunha Perrone

São Paulo

2008

C331sp Carvalho, Silvia Maria de Góes  
Produção do espaço público em assentamentos irregulares:  
casos na Guarapiranga/ Silvia Maria de Góes Carvalho - 2008.  
112 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo) Faculdade  
de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie,  
São Paulo, 2008.

Referências bibliográficas : p. 107-112.

1. Desenho urbano. 2. Guarapiranga. 3. Espaço público. I. Título

CDD 711.4098161



A Deus!  
A meus pais Assis e Suzana.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Antônio Cunha Perrone, pela sua paciência, tranquilidade e considerações precisas e pertinentes.

A meus pais e minhas irmãs que sempre enviaram as melhores energias nesta empreitada.

A meu querido Dado, por somar a vida e esta realização.

Aos meus queridos amigos, simplesmente, por existirem, em especial ao Yuri.

Àqueles que foram meus alunos pela oportunidade de aprender a cada vez que eu acreditava ensinar e, por terem auxiliado a traçar o caminho para chegar até o mestrado.

A todo aquele, que sabendo ou não, fez-se apoio e suporte à realização deste trabalho.

A toda a equipe do Programa Mananciais da SEHAB da Prefeitura Municipal de São Paulo, Ricardo Sampaio, Silvia, Kátia, Eliane, Rita e Mália pelo carinho e apoio fundamental.

A equipe da JNS-Hagaplan pela presteza, auxílio e acesso à documentação necessária.

Ao Instituto Camillo Filho pelo auxílio financeiro no início deste curso e, pela rica oportunidade de desenvolver o amor pela docência.

Ao Centro de Ensino Superior de Teresina pelo olhar que me abriu nas experiências com alunos em sala de aula.

Aos Professores Dra. Denise Antonucci e Dr. Luiz Ackel pela oportunidade de convívio e aprendizado com suas experiências.

Ao Instituto Presbiteriano Mackenzie e ao Mackpesquisa pelo provimento de bolsa de estudo no desenvolvimento da pesquisa “Arquitetura e Habitação de interesse social: A produção estatal da moradia em São Paulo”.

Ao Mackpesquisa pelo provimento de reserva técnica.

*Uma cidade é muito mais do que um modelo de planejamento; é muito mais do que um instrumento de política econômica; é muito mais do que um núcleo de polarização social. A alma de uma cidade, a força vital que a faz respirar, progredir, existir – reside em cada um de seus cidadãos, em cada homem que nela aplica e nela esgota o sentido de sua vida. (Jaime Lerner)*

## RESUMO

O presente trabalho aborda ações realizadas no processo de produção do espaço urbano de uso público e coletivo em assentamentos irregulares, com o estudo de casos na região da Bacia do Guarapiranga, no município de São Paulo. As ocupações no entorno da Bacia do Guarapiranga receberam, através do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, intervenções no sentido de realizar a sua urbanização. Favelas, loteamentos clandestinos e todas as formas de ocupações irregulares ali instaladas foram e continuam sendo objeto de intervenções urbanas. Estas intervenções de qualificação urbana executaram, além de toda a infra-estrutura básica que deve caracterizar a vida na cidade, incluindo ações de geração dos espaços de uso público. Estes espaços destinados a lazer, ao esporte e às formas de encontro social foram produzidos com o intuito de propiciar aos moradores a inserção social e o sentimento de inclusão na cidade em que habitam. O estudo teve seu início no entendimento do significado espaço público, de seus elementos e dos modos de sua produção; seguido dos levantamentos e análises das situações de intervenção em alguns destes assentamentos irregulares. Dentro desta abordagem procurou-se refletir sobre os possíveis modos de qualificação de espaços urbanos já configurados em desacordo com os padrões e normas urbanísticas existentes.

**Palavras Chave:** Desenho Urbano. Guarapiranga. Espaço Público.

## **ABSTRACT**

The present work is about the actions makes in the process of producing the urban space for public and collective use in irregular settlements through case studies in the region of the Guarapiranga basin in São Paulo City, Brazil. The occupations around the Basin were followed by urbanization provided by the Program for Ambient Sanitation of the Guarapiranga Basin. Shantytowns, clandestine land divisions and all other ways of irregular occupations settled there are and keep being object of urban interventions. This interventions of urban qualification were executed all the basic infra structure if must characterize the life in the city, including generate actions of the spaces of public use. Those spaces directed to leisure, sports practicing and to the ways of social meeting were built in order to increase the feeling of inclusion among inhabitants of that City. The Study had its beginning among the conception of public space and also among its elements and its ways of production, followed by a survey and analysis about the situations of intervention in irregular settlements. Thus, the ways of producing the public urban space in irregular settlements were surveyed in cases of groups taken care by the Program Guarapiranga. In this approach was search reflect about the probability ways of urban spaces qualification already configured wasn't agree of the existing urban standard and urban rules.

Key words: Urban Design. Guarapiranga. Public Space



## LISTA DE FIGURAS

Fig. 21.1 – Cortiço na Rua Margarida, SP. ago 2007, Arquivo do autor.

Fig. 21.2 – Vista aérea Núcleo Vista Alegre, SP Google Earth. Acesso em: 10 dez 2007.

Fig. 31.1 – Trecho da Bacia do Guarapiranga com a localização dos núcleos em estudo. SP. Google Earth. Acesso em: 10 dez 2007

Fig. 31.2 – Trecho da Bacia do Guarapiranga com a localização dos núcleos em estudo. SP. Google Earth. Acesso em: 10 dez 2007

Fig. 32.1 – Vista Aérea Jardim Kagohara I. Guarapiranga. Google Earth. Acesso em: 10 dez 2007.

Fig. 32.2 – Vista Aérea da praça e ocupação . Jardim Kagohara I. Guarapiranga, SP. França, 2000, p. 84.

Fig. 32.3 – Croquis de definição projetual da praça do Jardim Kagohara I. Arquivo Técnico JNS-Hagaplan. 2007.

Fig. 32.4 – Espaço de descanso e contemplação, praça Jardim Kagohara I. Arquivo Técnico JNS-Hagaplan. Out 1999.

Fig. 32.5 – Espaço de descanso e contemplação, praça Jardim Kagohara I. Acervo do autor. Ago 2007.

Fig. 32.6 – Quadras de vôlei e futebol da praça do Jardim Kagohara I. Arquivo Técnico JNS-Hagaplan. Out 1999.

Fig. 32.7 – Brinquedo instalado na área de playground da praça Jardim Kagohara I. Acervo do autor. Ago 2007.

Fig. 33.1 – Vista aérea Parque Bologne, Guarapiranga, SP. Google Earth. Acesso em: 10 dez 2007.

Fig. 33.2 – Planta da Praça Parque Bologne, Guarapiranga, SP. França, 2000, p. 212.

Fig. 33.3 – Vista Parcial da Praça do Parque Boulogne. Arquivo Técnico JNS-Hagaplan. 2007.

Fig. 33.4 – Vista Aérea do conjunto da ocupação e da praça, Parque Boulogne. Arquivo Técnico JNS-Hagaplan. Out 1999.

- Fig. 33.5 – Escadarias da praça do Parque Boulogne. Arquivo Técnico JNS-Hagaplan. Out 1999.
- Fig. 33.6 – Escorregador e escadas para lazer infantil, praça Parque Boulogne. Arquivo Técnico JNS-Hagaplan. Out 1999.
- Fig. 33.7 – Espaço de Contemplação e Estar, praça Parque Boulogne. Arquivo Técnico JNS-Hagaplan. Out 1999.
- Fig. 34.1 – Vista aérea do Núcleo Jardim Vista Alegre Guarapiranga, SP. Google Earth. Acesso em: 10 dez 2007.
- Fig. 34.2 – Planta baixa da Praça do Jardim Vista Alegre, Guarapiranga, SP. França, 2000, p. 216.
- Fig. 34.3 – Vista Aérea da Praça do Jardim Vista Alegre, Guarapiranga, SP. França, 2000, p. 216.
- Fig. 34.4 – Campo de Futebol da Praça do Jardim Vista Alegre, Guarapiranga, SP. França, 2000, p. 217.
- Fig. 34.5 – Playground da Praça do Jardim Vista Alegre, Guarapiranga, SP. França, 2000, p. 217.
- Fig. 34.6 – Vista do campo de Bocha, praça do jardim Vista Alegre. Acervo do autor. Ago 2007.
- Fig. 34.7 – Pista para caminhadas da Praça do Jardim Vista Alegre, Guarapiranga, SP. França, 2000, p. 173.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

Construbase - Construtora de Obras Básicas de Engenharia Ltda

ELETROPAULO- Companhia Energética de São Paulo

GEAP -Grupo Executivo de Programas Especiais para Assentamentos Populares

IAB- Instituto dos Arquitetos do Brasil

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

JNS-Hagaplan – Consórcio Gerenciador de Projetos e Obras do Sub-programa 3 do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga

Light - The São Paulo Tramway, Light & Power

PMSP- Prefeitura Municipal de São Paulo

POUSO- Posto de Orientação Urbanística e Social

PROAP-RIO – Programa de Urbanização de Assentamentos Populares

Programa Guarapiranga – Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga

Programa Mananciais – Programa de Saneamento, Proteção Ambiental e Recuperação da qualidade das águas em áreas degradadas de manancial hídrico das Bacias Guarapiranga e Billings

RMSP- Região Metropolitana de São Paulo

SABESP- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SAR – Secretaria das Administrações Regionais

SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SMH- Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro

SEHAB- Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - SP

SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo

Sptrans – São Paulo Transportes S. A.

SRHSO – Secretaria do Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras

SSO – Secretaria de Serviços e Obras

SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

SVP – Secretaria de Vias Públicas

Tecton - Tecton Planejamento e Assessoria S/C Ltda

UGP – Unidade de Gerenciamento do Programa Guarapiranga

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1 O ESPAÇO PÚBLICO URBANO</b>	
1.1 O ESPAÇO PÚBLICO	24
1.2 ELEMENTOS DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO	30
1.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO	41
<b>2 QUALIFICAÇÃO URBANA DE ÁREAS DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES</b>	
2.1 URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES	48
2.1.1 NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO	58
2.1.2 FAVELA – BAIRRO	60
2.1.3 GUARAPIRANGA	64
2.2 ESPAÇOS PÚBLICOS EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES	73
<b>3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA GUARAPIRANGA</b>	
3.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA GUARAPIRANGA	79
3.2 JARDIM KAGOHARA	83
3.3 PARQUE BOULOGNE	88
3.4 JARDIM VISTA ALEGRE	93
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	102
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	107



# INTRODUÇÃO

Ao indivíduo deve ser dada a capacidade e a possibilidade de interpretar e utilizar o ambiente urbano, através de suas percepções. Isso tudo porque o meio ambiente sugere relações e distinções que o observador seleciona e organiza, em imagens resultantes do processo entre ele e o meio, e dota de sentido aquilo que vê. A capacidade de sentir e observar e perceber é que dá a ênfase às imagens na cidade. Através desse processo, entre o meio e o homem, é que as afirmações de particularidades e

individualidades surgem para uma distinção e reconhecimento como entidades, a que se denomina identidade (LYNCH, 1980, p.18). Argan (1998, p.219) reconhece na cidade como o resultado de um sistema de informações. Esse complexo informacional em que se configura o organismo urbano tem suscitado profundas reflexões em torno do peculiar e do geral na época atual de globalização. A exacerbação dos aspectos locais aparece sustentando as distinções nas lembranças do lugar, responsáveis pela identidade do pertencer (FERRARA, 2002.).

A presença da cidade ilegal contrapondo a legalidade também se apresenta no espaço urbano. Por isto, este grande espaço resultante das interações citadas, objeto potencial de relações e ações entre os indivíduos, precisa da constante produção e atualização de seu conhecimento e compreensão.

Entender o espaço urbano como resultado da fragmentação e da superposição de usos é necessário, também como compreensão da contemporaneidade. Segundo Sérgio Magalhães, no texto introdutório do livro Guarapiranga (2000), a condição mutante da cidade se funda na instabilidade e na mobilidade espacial e social. A dinâmica que se impõe nas cidades necessita de um constante entendimento de sua vocação para as possibilidades de transformar seus espaços de acordo com as necessidades pulsantes. Nesta dinâmica, a subjetividade aparece então na qualificação pela cultura e pelo espaço



urbano. A não observância desta condição pós-moderna do espaço da urbe acaba por provocar áreas obsoletas no espaço urbano contribuindo para a desordem em seu funcionamento.

Diante da complexidade do espaço urbano, a compreensão destas relações se dá a partir do conhecimento dos elementos participantes deste espaço. Desta forma, é preciso reconhecer que os elementos de sua composição, seus agentes e as relações existentes é que são os responsáveis pela dinâmica e mutante realidade do espaço da cidade

A associação que ocorre na relação usuário com o espaço urbano se dá por seus elementos de configuração como formas, texturas, cores, materiais e demais elementos compositivos. Ou pelos seus elementos morfológicos como solo, os edifícios, os lotes, as quadras, as fachadas, o traçado viário, a praça, o monumento, a vegetação, o mobiliário urbano.

Deste entendimento, acredita-se necessário compreender o processo de produção destes espaços públicos urbanos na qualificação urbana de assentamentos irregulares, locais de periferia e favelas; reconhecendo sua relevância no resultado da configuração das necessidades de usos comuns à população de um lugar. A necessidade de reconhecimento e caracterização de uma parcela da população que busca a regularidade do pertencer. Perceber

as necessidades destes indivíduos, viventes em situações precárias distantes de uma plena cidadania é elemento integrante dos projetos de qualificação<sup>1</sup> do espaço urbano.

Assim o entendimento das características da produção dos espaços de uso público urbanos para as regiões de assentamentos irregulares se faz necessário. É preciso verificar como se realizou, quais foram os agentes e os propósitos de produção destes ambientes nos assentamentos irregulares da região da bacia da Guarapiranga.

Para responder a estas indagações foram delimitados como objeto de estudo os espaços intersticiais dos núcleos Parque Boulogne, Jardim Kagohara e Jardim Vista Alegre que tiveram seus projetos de qualificação urbana executados entre os anos de 1996 e 2000, na primeira fase do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga<sup>2</sup> - Programa Guarapiranga e estão localizados na subprefeitura do M'Boi Mirim. Considerando um processo de ordenamento urbano de áreas totalmente utilizadas,

---

<sup>1</sup> (re) qualificação – os processos de ocupação de favelas ocorrem sem qualquer análise ou planejamento urbano. No presente trabalho o processo de ordenação e estruturação de áreas ocupadas desordenadamente será tratado por qualificação urbana, e não requalificação, já que somente a partir da intervenção é que ocorre a primeira qualificação dos espaços proveniente de ocupações irregulares.

<sup>2</sup> O Programa Guarapiranga atualmente chama-se Programa de Saneamento, Proteção Ambiental e Recuperação da Qualidade das águas em áreas degradadas de manancial hídrico das bacias Guarapiranga e Billings – Programa Mananciais, após a ampliação de sua área de ação para os mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A região da represa Billings é hoje também objeto de intervenção da PMSP.

como são os assentamentos irregulares, serão analisados os casos dos espaços que foram utilizados como espaços de uso coletivo para esta população, como as praças.

A região limdeira à Bacia do Guarapiranga vem sofrendo intervenções de qualificação urbana para as ocupações irregulares ali existentes. Estas intervenções de qualificação urbana possuem projetos específicos para cada comunidade. Os espaços urbanos de uso público com áreas coletivas serão o foco de análise desta pesquisa.

O Programa Guarapiranga, atuante na região de mananciais há duas décadas vem exemplificando e experimentando ações de qualificação urbana nas favelas e demais assentamentos irregulares da região. Inserido na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB da PMSP, o Programa visa dar continuidade nas intervenções em favelas e loteamentos clandestinos e irregulares em áreas de mananciais com o propósito principal de garantir a vitalidade do manancial.

O aprofundamento do estudo sobre o processo de produção do espaço de uso coletivo público apresenta sua relevância ao se configurar como elemento de suporte e de análise para os agentes de intervenções urbanas em suas ações futuras.

O planejamento dos espaços públicos urbanos com a observância de suas potencialidades auxilia no processo de identificação e reconhecimento do usuário com o

espaço e sua qualificação, na sua dinâmica bilateral, sistema de objetos e ações. Isto valoriza, sustenta e qualifica princípios culturais e sociais.

Apresenta-se a relevância do conhecimento e análise das diretrizes projetuais que sejam capazes de amparar o processo de produção para os espaços públicos de uso coletivo para intervenções urbanas em áreas de assentamentos irregulares.

A produção deste trabalho pretende colaborar para o desenvolvimento e entendimento das disciplinas do espaço público e do seu uso como qualificador do espaço urbano. Quer colaborar para a compreensão dos agentes da relevância de sua ação nos processos de qualificação urbana de áreas de assentamentos irregulares.

Especificamente, o presente estudo, se propõe a:

1) analisar e identificar os aspectos envolvidos no planejamento e determinação de características urbanas definidas para o desenvolvimento projetual para os espaços urbanos de uso coletivo;

2) identificar conceitos através de informações visuais, pela leitura urbana, no auxílio e uma caracterização simbólica do espaço urbano;

3) identificar relações metodológicas nos processos de produção do espaço urbano na qualificação urbana das ocupações irregulares, que conduzam a determinação de parâmetros projetuais;

No início deste trabalho são abordadas as conceituações teóricas necessárias ao entendimento do tema no capítulo 1 “O Espaço Público Urbano” subdividido em: 1.1 “Espaço Público” , 1.2 “Elementos do Espaço Público Urbano” e 1.3 “Produção do Espaço Público Urbano”. Nesta primeira parte, são abordados alguns conceitos adotados no estudo sobre o espaço público urbano a sua conceituação, suas características funcionais e culturais e os aspectos sociais e de desenvolvimento; Os elementos componentes do espaço público urbano, por sua morfologia e por suas percepções sociais, históricas e culturais e; metodologias de produção deste espaço.

Ainda para o entendimento do objeto de estudo são postos em conhecimento alguns conteúdos relativos aos assentamentos irregulares, recorte de localidade da pesquisa. Os assentamentos irregulares são tratados em suas formas de intervenção por se tratarem de espaço desprovido da legitimação da cidade. A qualificação urbana será abordada para o entendimento da relevância do assunto para os estudos urbanos atuais e

a do estudo destas intervenções como ações de inserção dos assentamentos irregulares na cidade legal e qualificada.

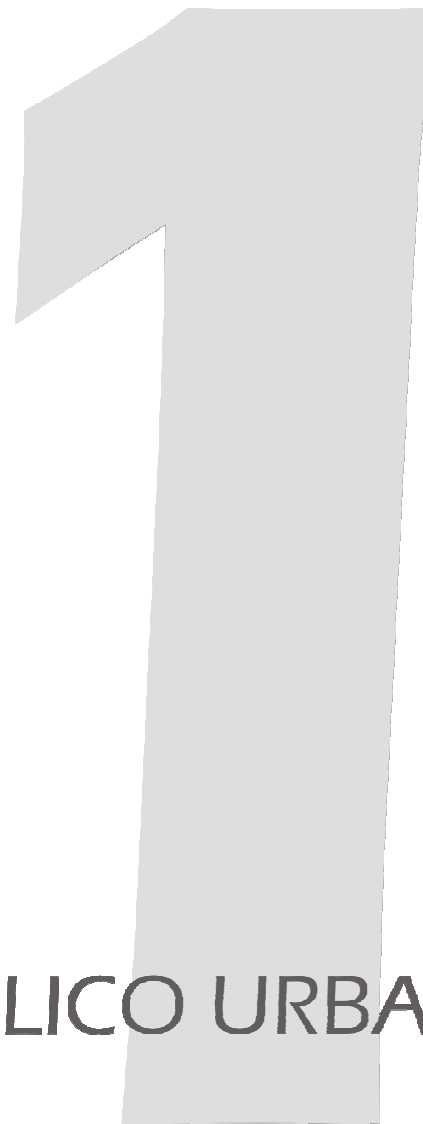
Em linhas gerais os programas de qualificação urbana de favelas na cidade do Rio de Janeiro e ocupações irregulares em São Paulo são aqui tratados para o entendimento de suas premissas e ações. Desta forma o capítulo 2 que recebe o título de “Qualificação urbana em áreas de assentamentos irregulares” se subdividirá em 2.1 que tratará da “Urbanização em áreas de assentamentos irregulares” abordando os casos do Rio de Janeiro, com o programa Favela-Bairro e, tratando também do Programa Guarapiranga; no subcapítulo 2.2 denominado de “Espaços públicos em assentamentos irregulares”.

A apresentação e a análise do processo de produção do espaço público na Guarapiranga serão feitas no capítulo 3 “Casos de produção do espaço público em assentamentos irregulares” que abordará 3.1 “Produção do espaço público na Guarapiranga” com a partir das diretrizes gerais do Programa Guarapiranga e para um maior aprofundamento serão estudados 3.2 “Jardim Kagohara I”, 3.3 “Parque Boulogne” e 3.4 “Jardim Vista Alegre”.

Estes três casos são partes integrantes das intervenções do Programa Guarapiranga e neles serão analisados os projetos de espaços públicos urbanos de uso


coletivo, sua implantação, aspectos como o uso e suas implicações projetuais, funcionais, estéticas e sócio-culturais.

O capítulo 4. “Considerações Finais” trará as considerações e contribuições da pesquisa para as ações de produção dos espaços públicos nos programas de qualificação urbana em assentamentos irregulares e favelas.



# O ESPAÇO PÚBLICO URBANO





O ESPAÇO PÚBLICO

---

a cidade deixa de ser lugar de abrigo, proteção refúgio e torna-se aparato de comunicação<sup>3</sup> (sic); comunicação no sentido de deslocamento e de relação, mas também no sentido de transmissão de determinados conteúdos urbanos. (ARGAN, 1998, p. 235)

Santos (1999, p.50) categoriza o espaço como composto por: uma configuração territorial somado às relações sociais. O mesmo autor ao discorrer sobre o tema afirma que “a configuração territorial não é o espaço” por possuir uma realidade vinda da

---

<sup>3</sup> A palavra encontrada no texto foi “**comunição**”. Como ela não consta nos dicionários Aurélio e Houaiss o presente trabalho tratá-la-á como comunicação entendendo que houve equívoco de grafia no momento da tradução para a língua portuguesa.

materialidade e fala que “o espaço reúne materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 1999, p.51). O entendimento desta relação simbiótica é imprescindível para a compreensão e leitura do espaço urbano.

É possível entender que o espaço urbano, variando apenas a escala, é a inter-relação entre o sistema de objetos que o compõe e o sistema de ações de uso. Essa categorização permite a determinação de padrões de observação e análise do espaço urbano.

Considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações,... permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto desta interação, como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e processos”. (SANTOS, 1999, p. 52).

Quanto ao padrão de tratamento do espaço público, ele é sempre alterado. Isto decorre das diversas modificações como inovações tecnológicas e que acabam por apoiar novas necessidades que vão sempre sendo supridas pelos equipamentos urbanos. Os espaços cheios e vazios, sozinhos ou em conjunto, possuem um significado e constituem coordenadas culturais e históricas de toda população (LIMA, 1995, p. 138), configuram o

lugar de convívio da coletividade, somados à função de palco de diálogo entre diversos segmentos da população de uma cidade. A relação dinâmica destes espaços faz parte do cotidiano e atingem as condições básicas para o cidadão de bem-estar e saúde, entre outras. A identificação e caracterização dos ambientes e instalações têm por função o atendimento das necessidades de seus usuários e são agentes determinantes de programa básico para desenvolvimento de projetos.

“O espaço urbano é uma aspecto estrutural da cidade” (KOHLSDORF, 1996, p. 21). Possui uma natureza social histórica, ou seja, é suporte de seus marcos temporais, geográficos e culturais. Registra concretamente a sociedade e acompanha os processos sociais afirmando sua dinâmica.

Segundo Yázigí (2000, p. 303) o espaço público “é tão antigo quanto as cidades”. Sua função e seu uso se diferenciam ao longo do tempo e da forma de viver. Atualmente não se pode considerar o espaço público olvidando a presença maciça dos automóveis. O “diálogo” entre pedestres e veículos é uma realidade que não existiu ao início das primeiras cidades. Apoiado na visão de Habermas entre o público e o privado Yázigí (2000) comenta sobre sua polarização. Conforme esta tendência o indivíduo vai se afastando de sua participação no espaço público; e, ressalta ainda que seja preciso a

existência de um suporte de tradições culturais e de padrões de socialização. Neste sentido é relevante citar Hannah Arendt (apud YÁZIGI, 2000, p. 313) ao afirmar que o espaço público é o lugar para o exercício da cidadania.

Entretanto é na leitura de Carr (1992, p. 91) que se apresentam aspectos mais direcionados a este trabalho. Estes aspectos são compostos por meio de cinco reações sentidas pelos usuários no espaço público são elas: o conforto, o relaxamento, a descoberta, comunhão passiva com o ambiente e comunhão ativa com o ambiente. Na ausência destes aspectos muitos espaços tornam-se frios e desinteressantes. Assim, um bom espaço público deve ser compreensivo, democrático e significativo. Podem ser considerados espaços compreensivos aqueles feitos para atender as necessidades de seus usuários; democráticos são aqueles que atendem e protegem os grupos de usuários, facilitando o convívio entre as pessoas e; os significativos que estabelecem ligações entre os as vidas dos usuários e o mundo maior de acordo com suas condições físicas, culturais, sociais e psicológicas.

Corroborando com Carr (1992) Kohlsdorf (1996, p.51) afirma que “é preciso definir o espaço urbano como um fenômeno social específico”. O espaço urbano como lugar passa pela “definição da sociedade que os contém” (KOHLSDORF, 1996, p.51), para

um entendimento da lei de movimento que rege a dinâmica e a forma destes lugares. Isto leva ao entendimento de que por as ações humanas, também, ocorrerem no espaço público, este deve receber o tratamento que atenda a demanda humana de seus usuários.

... planejar espaços de lazer não é construir campos de futebol, ciclovias ou criar áreas verdes... O planejar é cultivar no sentido primeiro da palavra; acompanhar o dia-a-dia, intervir dia-a-dia na escala do cidadão. (IBAM apud YÁZIGI, 2000, p. 326).

Para este trabalho foram estudados entre todos espaços públicos apenas aqueles que em seu contexto acumulam serviços, lazer e esportes situados em ambientes caracterizados como assentamentos irregulares. Apesar disto sabe-se que a extensão do espaço público permeia toda a cidade em seus elementos morfológicos: as ruas para circulação local e regional, de pedestres e de veículos, as linhas férreas, edificações e terrenos destinados ao público e seus serviços; mobiliário.

# 12

ELEMENTOS DO  
ESPAÇO PÚBLICO URBANO



O espaço urbano não é composto apenas por um único aspecto isolado. Ele precisa ser reconhecido conforme expõe Milton Santos (1999) como um sistema de objetos somado a um sistema de ações. E ao observar o espaço urbano como arquitetura é preciso encará-lo como “uma modalidade do espaço transformado por ações humanas, especificado por suas características de extensão física, mas também de contexto histórico e traços analíticos” (KOHLSDORF, 1996, p.25).

Deste modo entende-se o espaço urbano como composto pelos seus elementos morfológicos, que estrutura os fenômenos nele ocorridos e pelos próprios fenômenos.



Em uma analogia com a arquitetura Lamas (2004, p. 79) fala que os elementos morfológicos do espaço urbano são as partes da forma e seu modo de estruturação; considera que, na arquitetura, são as “partes mínimas reconhecíveis” nos edifícios. O mesmo autor associa, ainda, a leitura de edifícios e espaço urbano à linguagem literária, onde texto e palavras articulam-se para transmitir uma idéia. Como visto, Lamas (2004) determina que o espaço urbano seja composto por partes formais minimamente reconhecíveis, que somadas ao seu modo de estruturação são portadoras de determinadas idéias ou conteúdos. Encontram-se os seguintes elementos morfológicos do espaço urbano:

1 - O solo é o elemento inicial de composição do espaço urbano. O dicionário Aurélio (1989, p.1880) define como “Porção da superfície terrestre onde se anda, se constrói, etc.; terra, chão”. O solo possui a função de suporte físico atendendo por sua configuração, topografia e forma do terreno em seus revestimentos e pavimentos. Nele se configuram a implantação das diversas tipologias de seu uso como habitação, área verde, espaços de lazer, os espaços de circulação de veículos e automóveis entre tantos outros.

2 – O edifício é um segundo elemento conformador do espaço urbano. O edifício nada mais é do que a construção de “caráter mais ou menos permanente, que ocupa certo

espaço no terreno, é geralmente limitada por paredes e cobertura e é utilizada como abrigo, moradia...” (FERREIRA, 1989, p. 718). É a partir da disposição do edifício no solo que os demais elementos vão tendo sua determinação de configuração no espaço urbano. Existe uma relação biunívoca e dialética entre a tipologia edilícia, através de seus agrupamentos, e a forma urbana. Assim, a forma urbana é resultado e é produto, ao tempo em que é geradora e gerada pela tipologia edilícia (LAMAS, 2004, p. 86).

3 - O lote ou a parcela fundiária é o princípio essencial da relação dos edifícios com o terreno. Para o Dicionário Aurélio (1989, p.1235) é a “porção de terra, autônoma, que resulta de loteamento ou desmembramento, e cuja testada é voltada para o logradouro público reconhecido ou projetado”. O lote possui sua forma condicionada à forma do edifício. Até o advento da cidade moderna o lote exercia também o papel de divisor entre o espaço público e o privado no planejamento das cidades. Na proposta modernista da Unidade de Habitação de Marselha, Le Corbusier invade o privado com o público ao apenas projetar sobre o solo o edifício apoiado em pilotis. Na expansão urbana da cidade tradicional o parcelamento precede a urbanização (LAMAS, 2004, p. 88).

4 – O quarteirão tem sua definição baseada na sua forma edificada ou no processo de desenho e divisão fundiária. E por isso é definida no Dicionário Aurélio (1989,

p. 1676) como uma porção de solo destinada a conter edificações que é limitada e contornada por logradouros. Sua determinação é dada pelos edifícios agrupados entre si, é o espaço físico determinado pela intersecção de vias. O quarteirão é dependente de outros elementos do espaço urbano como o traçado, os lotes, o edifício, os espaços públicos e de sua conformação.

5 – A fachada é a superfície vertical de contato e comunicação com o espaço urbano, ela é qualquer uma das faces de um edifício. A partir da fachada é possível identificar às características distributivas, tipologia edilícia, a linguagem arquitetônica, o estilo, a estética, sua época que atuam no espaço da cidade definindo os cenários do espaço urbano. Também é através dela que é possível evidenciar a transição entre espaço coletivo e espaço privado.

6 – A rua pode ser tratada como o traçado. Para o Dicionário Aurélio (1989, p. 1786) a rua é a via pública para circulação urbana, total ou parcialmente, ladeada de edifícios. É de fácil identificação na forma e na presença do ato projetivo. Instala-se no suporte geográfico e regula, na cidade legalizada, a disposição de edifícios e quarteirões, liga os espaços da cidade. É responsável pela relação entre o assentamento da cidade e o território. Encontra-se também nos vários níveis ou escalas da forma urbana

estabelecendo relações de correspondência e hierarquia entre os traçados que atendem apenas a pedestres como uma via de fluxo rápido para veículos automotores.

7 – “A praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais...” (LAMAS, 2004, p. 100). Segundo o mesmo autor a praça nas cidades islâmicas não existe e, nas cidades ocidentais ela se distingue de espaços residuais ou provenientes de confluência de ruas, como os terreiros e os largos, que por seus espaços foram apropriados e usados ao longo do tempo. A praça caracteriza-se por sua intencionalidade de desenho e por sua conformação. Por ela, entendem-se a presença de um programa e de uma vontade para a produção de lugares intencionais de encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana, de funções estruturantes e arquitetura significativa. Sua presença na cidade implica como na rua, na relação entre vazios e edifícios, que definem os limites e cenários do espaço urbano.

8 – O monumento é um elemento morfológico individualizado pela sua presença e configuração e posicionamento na cidade e seu significado. Sua presença é determinante na imagem da cidade e possui permanência como fato urbano. O monumento pode ser caracterizado por marcos sem uso ou edifícios, detentores de significação social, histórica ou cultural. O conceito de monumento tem sido ampliado do

elemento singular arquitetônico ou escultórico para abranger conjuntos urbanos, centros históricos e até mesmo as cidades.

9 – A vegetação que é o conjunto de plantas que cobre uma região (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1989, p. 2052), constitui elemento identificável na estrutura urbana. São elementos de composição e do desenho urbano, servem para organizar, definir e conter espaços. Apesar de não possuir a ‘dureza’ construtiva das partes edificadas situa-se em mesmo nível hierárquico na forma e imagem da cidade (LAMAS, 2004, p.106). Sua presença auxilia na qualidade e no controle climático da cidade. Um alinhamento de árvores ou edifícios pode determinar traçados de ruas e de praças.

10 – O mobiliário urbano é um termo utilizado cada vez com mais freqüência. O tema se expande nas buscas de melhoria do espaço urbano e “projetos das peças de mobiliário urbano passam a diferenciar e a valorizar o espaço público definindo padrões de qualidade” (MOURTHÉ, 1998, p. 8). O dicionário Aurélio fala dele como:

O conjunto dos equipamentos localizados em áreas públicas de uma cidade tais como abrigos de pontos de ônibus, bancos e mesas de rua, telefones públicos, instalações sanitárias, caixas de correio, objetos de recreação, etc. (FERREIRA, 1989, p.1349).

As definições citadas acima colaboram para um princípio de entendimento do termo. São elementos destinados a serem implantados em áreas de uso público. Lamas (2004, p. 108) trata o mobiliário urbano como elemento da morfologia urbana e que se constitui por “elementos móveis que ‘mobiliam’ e equipam a cidade... ou já com a dimensão de construção...” O autor situa-os na dimensão setorial, na escala da rua e não permite que sejam tratados como secundários pois, são agentes na forma e equipamento da cidade. Explicita a sua importância na qualificação de urbes e pelo interesse que desperta na produção industrial. Sua relação é com o espaço público mas, também com o usuário.

Autores como Creus (2000, p. 5) questionam o termo mobiliário urbano por suas relações com o francês Mobilier Urbain, com o inglês Urban Furniture e com o italiano Arredo Urbano que pode se traduzir também como decoração urbana e tratam como elementos urbanos. Para ele o mobiliário urbano ou os elementos urbanos,

Son objetos que se utilizan y se integran en ele paisaje urbano, y deben ser comprensibles para el ciudadano. Uso, integración y comprensión son pues conceptos básicos para la valoración de todo el conjunto de objetos que encontramos en los espacios públicos de la ciudad(CREUS, 2000,p.6).

Creus estabelece as relações de uso e integração entre os elementos de mobiliário urbano, a paisagem urbana e o cidadão. Ressalta a importância de que os elementos de mobiliário urbano devem ser compreensíveis ao cidadão. Atribui a esta relação à valorização do mobiliário urbano nos espaços da cidade. Argumenta isto ao analisar a cidade contemporânea que é dotada de diversas dinâmicas que atuam na concentração da informação e na acessibilidade<sup>4</sup>. Esta análise conduz o autor à conclusão de que a “cidade acaba por ser definida pelos seus espaços coletivos” (CREUS, 2000, p.7).

Esta cultura del espacio urbano es la verdadera dimensión de los elementos urbanos em cuanto elementos que llegan a definir una idea de territorio común, desde su diseño y localización hasta la formalización del paisaje urbano(CREUS, 2000, p.7).

Pode ser subdivido, segundo Mourthé(1998) em: 1. Elementos decorativos; 2. Mobiliário de serviço; 3. Mobiliário de lazer; 4. Mobiliário de comercialização; 5. Mobiliário de sinalização; 6. Mobiliário de publicidade.

---

<sup>4</sup> O termo acessibilidade é aqui utilizado para designar a comunicação e o trânsito entre vários setores da sociedade distribuídos no espaço da cidade. O termo pode também falar de pedestres ou pessoas em automóveis.

Os elementos de mobiliário urbano nada mais são do que um sistema de objetos urbanos que pretendem atender às diversas funções do espaço da urbe. Os sistemas de objetos ou famílias de mobiliário urbano se integram na cidade e devem ser compreensíveis ao cidadão.

A partir do entendimento das enunciações de Lynch (1985, p. 93) em “teoria para a boa forma urbana” onde são estabelecidos valores e metas para a forma urbana de qualidade, é possível encontrar elementos do espaço urbano com características distintas, porém, complementares aos listados por Lamas (2004). As qualidades ditadas por Lynch (1985) são:

1- Vitalidade – é onde a forma física apóia as funções e ações humanas vitais e por isso garantem o bem estar físico;

2- Senso – é a partir do senso que o espaço, juntamente com os seus elementos compositivos, e o tempo são percebidos, compreendidos e estruturados mentalmente;

3- Congruência – é a capacidade do espaço físico de apoiar as ações sociais e humanas;

4- Acesso – é a possibilidade de chegar até outras pessoas e lugares da área.



5- Controle – nível de controle quanto à produção, uso e gerência do ambiente urbano por parte dos habitantes.

6- Eficiência – relação custo-benefício da criação e manutenção do assentamento.

7- Justiça – nível de distribuição de benefícios à população.

Assim aos elementos morfológicos do espaço urbano enunciados por Lamas são complementados pelos valores ditos por Lynch num entendimento do que são as ações e dinâmicas ocorridas no espaço urbano. O entendimento destas relações permite a compreensão das afirmações de Milton Santos quando fala da indissociabilidade entre o sistema de objetos, que é a materialidade do espaço em sua morfologia, e o sistema de ações, que se manifesta nos fenômenos que podem ser observados nos valores de Lynch, do espaço urbano.

# 13

A PRODUÇÃO  
DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO



O objeto da arquitetura e do urbanismo ultrapassa os lugares construídos a partir de projetos realizados por arquitetos e urbanistas... ele também responde com determinados desempenhos às expectativas de seus usuários. (KOHLSDORF, 1996, p.17)

O espaço urbano encontra-se em constante modificação atendendo à dinâmica das ações que nele ocorrem. As cidades evoluem pedaço a pedaço através de modificações em sua forma. O fator “tempo é fundamental para compreender o território

como objeto físico e também para posicionar a intervenção do arquiteto” (LAMAS, 2004, p. 111).

As formas urbanas podem ser refletidas a partir de seu desenvolvimento que resulta de um conjunto de processos que levam ao crescimento das cidades por expansão ou alterações em seu interior; ou mesmo a partir da reutilização de partes da cidade que alteram a imagem e a forma da cidade.

O crescimento das cidades é considerado por Lamas (2004, p.112) como algo natural, mas é preciso estabelecer um controle das mudanças. E para este controle é necessário partir de um conceito determinado por um plano ou projeto. Estes projetos podem ter o propósito de construir, adaptar ou conservar o espaço. E este controle pressupõe a existência de um plano que seja capaz de abranger os elementos gerais e os particulares, trabalhando os vários níveis de objetos do espaço urbano e das ações nele realizadas.

As transformações na morfologia do espaço da cidade ocorrem quando ele se manifesta inadaptado ao contexto e isso, demonstra a vitalidade do espaço urbano. Muitos elementos morfológicos persistem nas cidades o que auxilia o entendimento da dinâmica do espaço que se ajusta diante do contexto social, cultural, e histórico que ele

contém. O conhecimento destas dinâmicas e de seus elementos estimulantes possibilita o projeto para a produção do espaço urbano.

Nos processos de intervenção do espaço urbano os níveis de concepção da forma urbana correspondem à sua escala de leitura. E essas intervenções possuem implicações morfológicas. Corroborando com o pensamento de inter-relação entre o sistema de objetos e o sistema de ações, citado por Santos (1999), Lamas (2004, p.121) expõe que através das condições e sistemas (econômicos, sociais, culturais, políticos, administrativos e outros) é que a ação do homem ocorre no espaço e, cabe ao planejamento organizar essas forças para transformar o território.

A partir deste entendimento o planejamento passa por três níveis de produção do espaço definidos por Lamas (2004). Esses níveis são a Programação, o Plano e o Projeto. Para a Programação é necessário estabelecer os objetivos socioeconômicos e políticos e o que será espacializado. E, apesar de este nível não ser totalmente executado ele é relevante, pois, esta programação aparece como uma etapa preliminar que dá suporte ao programa a ser concretizado. Na fase do plano são estabelecidos os objetivos a serem desenvolvidos no espaço e no tempo, para uma configuração de espaços com maiores pormenores que possibilitem a execução dos propósitos anteriores. É nesta etapa que são definidas as morfologias urbanas estipuladas a partir das

possibilidades físicas do espaço de intervenção. Este é o momento do plano e do desenho, do estabelecimento do que será a forma urbana. É também o ponto em que todas as questões levantadas na programação devem ser integradas e resolvidas. Nestas duas primeiras etapas não é possível, ainda, determinar as soluções urbanístico-arquitetônicas. Estes estabelecimentos da forma do território vão se resolvendo através das “quantidades, das áreas a construir e a desocupar, do traçado das infra-estruturas em articulação com a paisagem preexistente, assentamentos humanos e espaços já modificados”. O nível do projeto entende-se como a fase em que se dá início à construção do território atendendo às premissas, objetivos e programas definidos nos níveis anteriores utilizando os meios tecnológicos disponíveis. Significa a construção projetada e executada na obra.

Tudo isso com o propósito de organizar o território para que ele seja capaz de abrigar as ações humanas. Estes níveis de planejamento se processam num todo interligado e articulado pelas estratégias políticas, sociais e morfológicas. É importante citar que a seqüência das operações torna a hierarquização das decisões complexa e irreversível. Lamas (2004, p. 124) conclui que as decisões tomadas em um nível comprometem as intervenções por ela orientadas o que estabelece a responsabilidade e o comprometimento de cada uma das decisões para a produção do espaço.

A produção formal do espaço público urbano é, portanto, resultado da sensibilidade desenvolvida pelo planejador quanto às necessidades de controle que ele exige. O planejador faz isto através de planos e projetos que tenham como propósito organizar as forças de condução da transformação do território.



# 2

## QUALIFICAÇÃO URBANA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES



# 21

URBANIZAÇÃO EM ÁREAS  
DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES



Fluxos migratórios, provenientes do campo das regiões mais pobres do Brasil, ocorreram, elevando o crescimento populacional das grandes cidades. O assentamento residencial destes imigrantes variou no tempo, ocorrendo, porém de forma ilegal ou clandestina. Isto gerou novos aspectos formadores do quadro de pobreza urbana.

No início do século XX, os operários urbanos, em sua maioria vindos da Europa, estabeleciam suas habitações em cortiços. O cortiço é uma habitação coletiva precária,

constituída por edificação com ocupação excessiva, multiplicidade de funções em um mesmo cômodo e áreas de serviço e banhos de uso coletivo (Figura 21.1) Por volta do ano de 1940, outra forma predominante de moradia veio somar-se aos cortiços: o loteamento clandestino. O loteamento clandestino se estendeu preenchendo diversas áreas na periferia da cidade. Estas áreas não possuíam “qualquer infra-estrutura de água, esgoto, pavimentação, iluminação ou drenagem” (Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992, p.7) formando o princípio de uma cidade ilegal ao longo da periferia da cidade legal.

As favelas e assentamentos irregulares acabam por ser a opção de moradia para cidadãos de baixa renda. Conforme a PMSP (1992, p. 8) “as favelas se caracterizam por ocupar áreas não compradas, públicas ou privadas, sobre as quais os próprios moradores edificam casas precárias”. Bueno (2001, p.74) explicita que “as favelas são aglomerados urbanos”, situadas em áreas públicas ou privadas, “ocupadas por não-proprietários, sobre as quais os moradores edificam suas casas à margem dos códigos legais de parcelamento e edificação”. Apesar de as definições acima terem a preocupação na caracterização apenas o termo “favela” outras ocupações habitacionais precárias são abordadas no presente trabalho: as ocupações realizadas em loteamentos clandestinos ou invasões que se juntam-se ao conjunto de “soluções “ adotadas por uma grande parte



Figura 21.1 Cortiço na Rua Margarida,SP

da população. Todas elas caracterizam-se dentro do termo de assentamento irregular; que aqui será adotado por ser um termo mais abrangente. Segundo Tanaka (2003, p.34), é difícil distinguir com precisão, na periferia urbana, loteamentos, favelas, invasões ou cortiços de quintal. Isto se dá pela desordem causada pela ocupação irregular com um excesso de compartimentalização da terra, com recorrência dos materiais e a completa ausência de vazios urbanos (Figura 21.2).

As áreas de assentamentos irregulares se caracterizam por ser compostas por favelas e loteamentos irregulares em terrenos de propriedade pública ou privada. Os terrenos são invadidos independentemente de quem é o detentor de sua posse. As edificações são feitas pelos próprios moradores; a seleção dos terrenos se dá pela ausência de ocupação e uso e por serem, normalmente, vetadas as construções em suas áreas que se configuram por córregos, áreas de preservação ambiental, áreas de grande declividade, fundos de vales, espaços destinados à vegetação e drenagem deixados por loteadores e que, normalmente, são espaços menos adequados às edificações. Por sua ocupação irregular é carente de serviços de infra-estrutura, equipamentos sociais como escolas e postos de saúde, centros culturais, instalações esportivas, áreas verdes, espaços públicos e institucionais. “Não existe a noção de espaço público, pois tudo é privado e tampouco

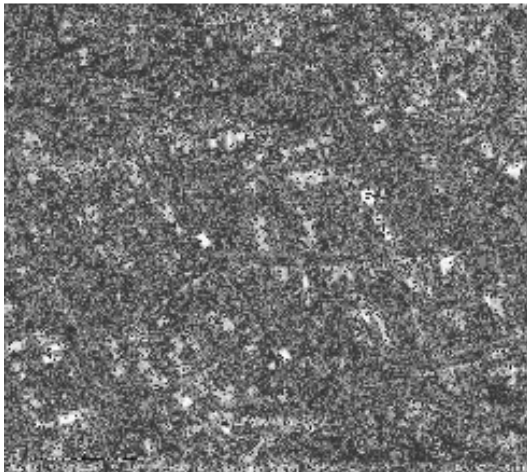


Figura 21.2 Vista área parcial, Nucleo Vista Alegre

existem normas legais sobre a delimitação entre o privado e o comunitário” (JAUREGUI, 2007, p. 2).

O processo do crescimento das ocupações irregulares, também, ocorreu por uma redução na produção de loteamentos populares, registrando o aumento no número de habitantes de cortiços. “Estima-se que o tamanho da população favelada na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é de aproximadamente 40% da população total. Isto dá um contingente de quatro milhões de pessoas vivendo na ilegalidade” (FRANÇA, 2006, p.2). O problema no Brasil já ocorre com gerações de analfabetismo e carências múltiplas, somando “o nosso tradicional exército de reserva, de mão-de-obra de baixa qualificação, com uma população de jovens urbanos sem qualificação... para o setor produtivo e uma população de idosos” desprovidos de quaisquer formas de amparo social (BUENO, 2001, p. 70).

O crescimento das zonas ilegais nas cidades brasileiras demonstra que ainda há dificuldades do poder público para a solução e controle do problema. Por figurar, muitas vezes, a única alternativa de moradia para parte da população excluída do mercado formal da habitação, vai se caracterizando como uma constante nas grandes cidades, como diz França (2002, p.3).

A ausência de infra-estrutura básica nos assentamentos irregulares causa problemas sociais que são aguçados pelas condições instáveis de seus habitantes que não possuem emprego formal, se submetem à violência doméstica, ao tráfico de drogas.. Os assentamentos irregulares são, como já dito, um reflexo dos problemas sociais vividos em nosso país e que age sobre o espaço urbano preenchendo seus vazios e exigindo sempre a revisão das posturas de urbanização e qualificação da vida dos seus habitantes.

Reconhecido como um problema social urbano, os assentamentos irregulares como as favelas, constituem-se como a única alternativa de moradia de cidadão de baixa renda. Por muitos anos, compreendia-se que a desfavelização solucionaria o problema deste tipo de ocupação irregular. Conjuntos habitacionais receberam investimentos como tentativa de solucionar o problema. Apesar dos investimentos, as ocupações irregulares continuaram crescendo exigindo novas formas de ação. Assim, a partir da participação das comunidades surgiram novas perspectivas de melhoria. Dessa forma se propunha a urbanização de áreas de assentamento irregulares.

A década de 90 marca a obtenção de avanços nas propostas de condução democrática nos processos de planejamento das cidades. As comunidades passaram a ser ouvidas contribuindo para a aceitação da política de urbanização das áreas ocupadas irregularmente. O setor público se veste da proposta de enfrentar a realidade das cidades adotando formas

democráticas de enfrentamento da questão da ocupação irregular, buscando dotar esta população marginalizada dos serviços urbanos e garantindo a inserção da comunidade na cidade como um bairro. A cidade, quando é assumida como espaço privilegiado das relações humanas e como foro eminentemente democrático, permite que valores opostos coexistam e sejam confrontados, contradizendo os conceitos conservadores dos agrupamentos isolados. Este papel privilegiado que a cidade assume – espaço de convivência democrática – também está relacionado com a possibilidade da extensão de acesso às oportunidades a todos seus habitantes (FRANÇA; BAYEUX, 2002, p.4).

Magalhães (in FRANÇA, 2002, p. 13) afirma que “vive-se a condição de uma dinâmica fundada na instabilidade e na mobilidade social e espacial” com a contradição entre a cultura e o espaço urbano. Em “Favelas Upgrading”, França e Bayeux (2002) apresentam as transformações da cidade moderna nos países em desenvolvimento como consequência dos grandes êxodos em direção às cidades, que resultaram em grandes aglomerações para abrigar milhões de pessoas. Justificam ainda que a reflexão sobre o entendimento da forma da cidade como um bem de todos se dará com a valorização dos espaços de convivência, reconhecidos como agentes centrais nas relações humana e a sociabilidade. As autoras ainda apresentam a necessidade da distinção de personalidades específicas para a garantia de suas identidades.

Diante do contexto, não é possível olhar a cidade contemporânea e desconsiderar as ocupações irregulares e sua expansão constante. Os assentamentos irregulares não podem mais ser vistos como um fenômeno transitório. Neles a urbanização inicial ocorre, quando existe, com a ausência total de padrões mínimos de qualidade de vida para seus habitantes. A população vive em situação de carência de serviços básicos, infra-estrutura, moradias dignas, espaços de lazer comunitários, serviços de saúde e educação. O resultado disso tudo é como Bueno (2001, p. 69) afirma, "um ambiente mal construído com pouca qualidade espacial e muitos problemas que causam grande desconforto".

Inicialmente os programas e políticas de Estado tentaram sanar a problemática da ocupação irregular tentando atender ao déficit habitacional e a remoção das famílias dos assentamentos insalubres. A ausência de entendimento do processo de ocupação gerou programas desarticulados das cidades (FRANÇA; BAYEUX, 2002, p.3). O resultado foi a intensificação dos processos de ocupação urbana irregular por meio de favelas e dos loteamentos clandestinos.

França e Bayeux explicitam que a participação comunitária nos processos de decisão contribuiu para a aceitação da política de urbanização de áreas ocupadas



irregularmente. Associadas à participação, as decisões tomadas em 1996 no Habitat II em Istambul marcaram a afirmação de novos conceitos para a elaboração de políticas habitacionais em todos os seus âmbitos.

A análise dos espaços de assentamentos irregulares revelou uma estética própria assim descrita:

“... é possível identificar uma certa sensibilidade na aplicação de detalhes construtivos, no emprego de materiais, nas formas e nas estruturas – um justo desejo de qualificar e identificar seus espaços” (FRANÇA; BAYEUX, 2002, p. 3).

As propostas de intervenção são decorrentes da identificação de características, demandas e expectativas dos moradores, em um longo trabalho junto às comunidades. As propostas de intervenção visam à articulação do espaço com a solução de problemas de saneamento, drenagem, acessibilidade, estabilidade e eliminação de riscos, com a exploração da morfologia urbana e arquitetônica existentes, das condições topográficas e dos terrenos disponíveis.

Essa necessidade de articulação de espaços e equipamentos públicos de forma a propiciar áreas de convivência social trata-se, na verdade, do desafio

central no sentido de possibilitar o exercício dos processos de sociabilidade e cidadania (FRANÇA; BAYEUX, 2002, p. 4).

A urbanização de áreas de assentamentos irregulares carrega consigo significados que para os profissionais são; a construção de um projeto de futuro de moradias dignas e a superação de déficits da cidade; e para a população destas áreas é o pertencer à cidade como forma de ser cidadão.

Neste íterim, políticas urbanas têm trabalhado em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Grandes programas de intervenção em assentamentos irregulares buscaram sua fundamentação e a caracterização de novos padrões urbanísticos, o conceito essencial é de permanência e fixação, reduzindo a ação da remoção e do reassentamento, que foram colocados em ação para a implantação destas políticas urbanas. Com os propósitos básicos de melhoria da qualidade de habitações e o desenvolvimento social os programas Guarapiranga, em São Paulo, e o Favela-Bairro, na cidade do Rio de Janeiro são exemplos das ações destas intervenções urbanas nos assentamentos irregulares.

Desta forma, no caso da urbanização de favelas do que se trata é de elaborar estratégias projetuais partindo da leitura “estrutural” das potencialidades e limitações encontradas em cada caso, e das quais é

necessário derivar os princípios básicos que deverão nortear cada projeto específico (JAUREGUI).

### **2.1.1 NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO**

Os programas têm linhas de conduta comuns. A postura é de integrar as famílias ao ambiente urbano, em novos bairros, como medida de desenvolvimento social e a melhoria de suas condições de habitabilidade. A proposta projetual é fundada em uma metodologia de mediação e adequação junto às necessidades, cultura e reivindicações dos moradores, produzindo projetos diferenciados que também atendem a morfologia do contexto trabalhado.

A diversidade cultural das comunidades, fator relevante para a definição dos partidos arquitetônicos a serem adotados, aliada aos processos de participação democrática na definição dos rumos do projeto, também contribuem para garantir a diversidade das intervenções. (FRANÇA; BAYEUX, 2002, p. 3)

Existe a preocupação com a qualificação do espaço público como forma de assegurar o respeito ao contexto ambiental e cultural e as características da urbanidade. Por este motivo, buscou-se a supressão das fronteiras “urbanísticas e simbólicas” entre a

ocupação ilegal e o bairro formal. A proposta foi a de criar “uma rede referencial de espaços públicos e atribui-se significado cultural a esses espaços, como fator decisivo para a vinculação desse novo bairro à cidade legalmente construída” (FRANÇA; BAYEUX, 2002, p. 3).

A urbanização destes espaços propõe exatamente a melhoria na qualidade de vida das áreas de ocupação irregular com sua transformação em bairro, dotando-os de nova dimensão urbana e social, gerando cidadania.

### 2.1.2 FAVELA-BAIRRO

O Programa Favela - Bairro na cidade do Rio de Janeiro é resultado de decisões do Grupo Executivo de Programas Especiais para Assentamentos Populares (GEAP) que aprovou a Política Habitacional para o município em 1993. Seu propósito era ser instrumento de integração social e urbanística entre a população carioca e de reversão do quadro de degradação urbana gerado pelos assentamentos habitacionais espontâneos de grupos de baixa renda e

seu objetivo principal é a implementação de melhorias urbanísticas, compreendidas as obras de infra-estrutura urbana, a acessibilidade e a criação de equipamentos urbanos... (Programa Favela-Bairro)

Assim sendo à ação isolada de construção de habitações foi acrescentada a qualificação do espaço urbano.

As favelas cariocas tiveram sua origem após a ocupação dos soldados de Canudos no Morro da Providência e no Morro de Santo Antônio. Por volta do ano de 1920 a ocupação das favelas se expande pelos morros ao longo da cidade atingindo até os seus subúrbios. A inexistência de políticas habitacionais adequadas impulsionou o crescimento

das favelas. A população favelada também se expandiu com a intensificação do êxodo rural que ampliou a demanda de terras urbanas situadas nos morros próximos aos locais de trabalho ou às principais vias de circulação da cidade.

Historicamente considerada indesejável por governantes, sua presença só era detectada para o controle da higiene pública e das epidemias. Mesmo na década de 1940 quando se apresenta como núcleo de oposição política, o tratamento que recebe é em função do controle de epidemias junto aos bairros da cidade formal, sem qualquer tipo de articulação. Na década de 1960, as políticas públicas destinadas às favelas visam a sua erradicação e remoção de famílias para conjuntos habitacionais. Essas ações não surtiram efeito. A presença dos favelados permaneceu e continuou ampliando-se.

O Programa Favela-Bairro buscou a integração da favela na cidade formal, com a absorção daqueles habitantes desprovidos e excluídos dos serviços urbanos e não identificados com sua cidadania. Neste programa passou-se a reconhecer no contexto urbano uma população com baixos ou nenhum rendimento, mas, que possui valores, cultura e tradições urbanas.

A proposta descrita teve como propósito a obtenção de ganhos sociais através da integração e transformação da favela em bairro. Para a complementação do Favela-

Bairro foram instituídos também os programas de Regulamentação Fundiária e o de Geração de Rendas.

No objetivo inicial do Programa Favela-Bairro, pretendia-se atender a uma população de 250mil habitantes da cidade do Rio de Janeiro distribuídas em 60 favelas e oito loteamentos, através dos diversos subprogramas. Entre as ações principais do programa estão inseridos os itens de oferta de melhores condições ambientais para a efetivação da favela como um bairro da cidade e a introdução de valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliário e serviços públicos.

No ano de 1994, foi organizado um concurso pela Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro (SMH) com a cooperação do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) que visava determinar as metodologias para intervenção em 18 favelas permitindo a participação de diversos profissionais nas idéias e proposições metodológicas provocando uma relação entre as camadas carentes da cidade e os profissionais.

O programa propôs como principais ações:

- a) Complementar ou construir a estrutura urbana principal;
- b) Oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade;

- c) Introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro, ruas, praças, mobiliário e serviços públicos;
- d) Consolidar a inserção das favelas no processo de planejamento da cidade;
- e) Implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer;
- f) Promover a regularização fundiária e urbanística.

(Programa Favela-Bairro, 1995).

Desta relação foi instituído o Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO), onde um arquiteto e um assistente social da prefeitura juntamente com agentes comunitários tinham a função de auxiliar os moradores nas intervenções nos espaços públicos e privados. O reconhecimento das particularidades e especificidades morfológicas, culturais, de hábitos e tantas outras determinaram projetos diferentes para as favelas Mangueira, Prazeres, Escondidinho, Vidigal, Serrinha, Ladeira dos Funcionários, Parque São Sebastião, Vila Clemente Ferreira, Parque Boa Esperança, Del Castilho, Parque Royal, Fernão Cardim.



### 2.1.3 GUARAPIRANGA

No ano de 1906 foram iniciadas as obras de construção da Represa da Guarapiranga pela The São Paulo Tramway, Light & Power (Light) e a conclusão ocorreu em 1908 sendo denominada inicialmente de Represa Santo Amaro. Os propósitos de sua construção foram os de regular as vazões para geração de energia elétrica em Santana do Parnaíba (SOLIA, 2007, p. 66). No ano de 1928 sua utilização abrangeu o abastecimento de água da cidade de São Paulo. A bacia hidrográfica do Guarapiranga estende-se pelos municípios de São Paulo, Embu, Itapeverica da Serra, Embu-Guaçu, Cotia, São Lourenço da Serra e Juquitiba. A área de 229km<sup>2</sup> está ao sul da RMSP, representa 36% da área total da represa.

A ampliação da malha urbana sobre as margens da Represa Guarapiranga data da década de 1960. A região se caracterizava pelo uso rural e por meio de processos de ocupação irregular foram sendo implantados loteamentos irregulares e favelas. Estes assentamentos irregulares ocupam os fundos de vale dos córregos Guavirituba, Itupu, Rio Bonito, das Pedras, Tanquinho e São José que deságuam na Guarapiranga. A ocupação foi decorrente da expansão urbana, do êxodo rural e das possibilidades de classes de menor renda de “resolverem” a questão da moradia. Isto aconteceu em áreas públicas,

áreas livres de loteamentos destinados a equipamentos, ao longo de cursos d'água e áreas inundáveis, encostas entre outras conformações, todas elas exigiriam alta sofisticação para urbanização que respeitasse o meio ambiente.

O Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga (Programa Guarapiranga) começou a ser desenvolvido em fins da década de 80. Originou-se da incorporação, na cultura de planejamento das cidades, do problema ambiental como uma percepção central. O início dos trabalhos de implantação ocorreu no ano de 1993 da união entre o Governo do Estado e da PMSP. O objetivo principal do Programa Guarapiranga é assegurar a qualidade da água do Reservatório da Guarapiranga. Preservar a vida no manancial. Para isto foram enumeradas as premissas de: recuperação sanitária e ambiental do manancial; controle da qualidade da água da bacia; implantação de um sistema de gestão integrada da bacia numa união entre as instituições governamentais e a sociedade e, para garantir tudo isso: impedir o aumento do uso inadequado e a ampliação da área urbanizada da bacia; promover atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental; dotar de infra-estrutura adequada as áreas já urbanizadas para minimizar a poluição nos cursos d'água; desocupar e relocar moradores de áreas com inviabilidade de recebimento de infra-estrutura necessária; controlar a poluição hídrica

proveniente de indústrias e outras atividades desenvolvidas na região; implantar os serviços de coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos e esgotos com alto nível de eficiência; implantar sistema de proteção ambiental que permita a preservação ou recuperação de áreas da bacia e que contribua para uma ocupação mais adequada, com o repovoamento vegetal; aproveitar o potencial cênico para o lazer e a recreação; monitorar e controlar a qualidade da água do reservatório e dos cursos d'água afluentes; promover discussão com os moradores da bacia e de sua área de influência em programas de educação ambiental para eficácia das intervenções e elevação dos padrões de qualidade de vida e ambiental .

A responsabilidade executiva do programa dividiu-se entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) através do gerenciamento feito na Secretaria do Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras (SRHSO) pela Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP). Os recursos que fomentam o programa são oriundos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Governo do Estado de São Paulo e da PMSP (CALDER, 1994, p. 2.3). As empresas e instituições envolvidas são: a SRHSO, a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP), a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), a Companhia

Energética de São Paulo (Eletropaulo), a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a PMSP através da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA), da SEHAB, da Secretaria de Vias Públicas (SVP), da Secretaria de Serviços e Obras (SSO), da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e da Secretaria das Administrações Regionais (SAR).

O Programa foi dividido em cinco subprogramas:

1. Serviços de água e esgoto;
2. Coleta e disposição final de lixo;
- 3 Recuperação Urbana;
- 4 Proteção Ambiental;
- 5 Gestão da bacia

E pela pertinência ao tema aqui será tratado como Programa apenas o subprograma de Recuperação Urbana, sem o propósito de excluir a relevância dos demais.

Os assentamentos irregulares da Represa Guarapiranga sofrem intervenções de qualificação urbana. Diversos fatores explicitam esta necessidade como controle ambiental de um dos mananciais de abastecimento de água da RMSP explorada pela concessionária

SABESP. A ocupação indevida nesta região, que deveria ser de preservação ambiental, realizou-se por meio de altas densidades populacionais que trouxeram consigo a geração de lixo e esgoto.

O Programa pretende urbanizar e regularizar as ocupações existentes, que alcançam, em seu total, mais de um milhão de pessoas. Estas ocupações, em sua maioria, estão em condições precárias. As favelas e outras ocupações irregulares estão distribuídas em 30 sub-bacias numa região de grande interesse para a cidade e que por isto vem sendo urbanizada para que o abastecimento de água da cidade não seja comprometido.

A área de intervenção do Programa Guarapiranga se caracteriza, como quase todas as periferias urbanas, com ausência de infra-estrutura básica, de equipamentos sociais, de transporte público e acessos.

As atividades do programa de recuperação urbana contemplam os componentes de urbanização de favelas, adequação de infra-estrutura viária e de drenagem, remoção e reassentamento quando necessário. A solução por intervenções e melhorias, mantendo os assentamentos, justifica-se pelo respeito à “milhares de famílias que vivem há décadas na região e que estabeleceram vínculos afetivos, econômicos, sociais e culturais com o local” (FRANÇA, 2000, p. 32).

### **O Sub-programa 3 – Recuperação urbana - Urbanização de favelas**

O objetivo geral do subprograma 3 que é o de recuperação Urbana era o de

Contribuir para o saneamento ambiental da bacia do Guarapiranga com a implantação ou adequação de infra-estrutura urbana, interna e do entorno das favelas, através, basicamente das seguintes ações:

- minimização dos transportes de sólidos para os cursos d'água, com execução de obras de controle de erosões e adequação de drenagem superficial;
- melhorias sanitárias na favela, com a implantação de rede coletora de efluentes domésticos e de abastecimento de água;
- Eliminação das áreas de risco, com obras de estabilização de taludes, implantação de redes de drenagem, regularização de córregos, e;
- Minimização do aporte de resíduos e cargas poluidoras com a regularização das atividades de coleta de lixo.

A viabilização das intervenções mencionadas é obtida com a regularização dos sistemas de circulação interno da favela que abriga diversas redes de infra-estrutura e gera demanda por serviços e atividades específicas, tais como remanejamento, relocação, remoção de unidades habitacionais e reassentamentos de famílias. (CALDER, 1994, p. 3.1)

Os diversos fatores sociais e econômicos já citados, contribuíram para o avanço da malha urbana existente. Este avanço ocorreu nas áreas de proteção ambiental do setor

sul da cidade. Negando a proposta de ocupação rarefeita prevista na legislação, os processos de ocupação irregular foram ocorrendo como medida popular para a solução dos problemas de habitação. Somam-se a isto as ações de ocupação dos espaços públicos em fundos de vale e encostas com altas declividades e de loteamentos clandestinos que se caracterizam como as favelas na ausência total de infra-estrutura urbana.

O sub-programa 3 revela-se fundamental ao melhoramento ambiental da água quando se propõe por suas ações a urbanização de favelas e recuperação urbana e ambiental dos loteamentos irregulares. Quando o Programa foi formulado foi preciso encontrar alternativas para o tratamento das várias “fontes dispersas e poluição do manancial” (FRANÇA, 2000, p. 31). Para isto foram adotadas duas condutas de raciocínio. Uma é que financeiramente, a recuperação urbana dentro dos parâmetros do Programa Guarapiranga é mais barata do que o reassentamento dos habitantes fora dos limites dos mananciais, baseada na reflexão sobre como implantar, por volta de, 150 mil pessoas com todos os custos de implantação urbana, infra-estrutura, terrenos vagos, equipamentos sociais em uma área nova. A outra é pensar na remoção dessas “fontes dispersas de poluição” que são famílias lá instaladas há décadas e com vínculos de todas as ordens

consolidados com o local. Fixou-se na opção de fixação das famílias com a melhoria de suas condições de vida com uma compreensão sobre a diversidade cultural da cidade. Também com o entendimento de que “a capacidade de poluição não é necessariamente proporcional à baixa renda, mas sim à falta de investimentos no setor de infra-estrutura básica a que estes setores foram submetidos” (FRANÇA, 2000, p.33). Assim o subprograma de recuperação urbana e ambiental se propôs não só a mitigar os problemas da poluição mas, a transformar os beneficiários em agentes e parceiros do Estado na busca da qualidade ambiental para o manancial.

A importância do novo parceiro e beneficiário das ações do programa provocou a revisão dos conceitos adotados nas ações de recuperação urbana e ambiental determinadas no subprograma 3. Após a urbanização das 7 primeiras favelas, o projetos e obras passaram a basear-se na proposta de permanência e qualificação urbana. Isto resultou em soluções não apenas para a retirada de esgotos e lixo mas, a configuração de um bairro integrado à cidade com moradores participando da gestão pública e exercendo suas atribuições de defesa da boa qualidade das águas como da paisagem privilegiada da região.



O Programa Guarapiranga apresentou o referencial de que dotando populações de ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental, com as condições mínimas para o exercício da cidadania, através da melhoria das condições de urbanidade, é possível transformá-los em agentes de preservação.



ESPAÇOS PÚBLICOS EM  
ASSENTAMENTOS IRREGULARES

Como conhecida, a situação de não conformidade dos assentamentos irregulares é fruto da ocupação especulativa associada à distribuição desigual de rendas. É sabido, também, que a ocupação desvinculada de padrões urbanísticos gera resíduos urbanos que comumente tornam-se espaços de uso comum neste ambiente marcado pela urgência e pela característica predatória. Essas ocupações ocorrem em áreas

deterioradas, áreas de riscos ou de mananciais, com pouca disponibilidade de terrenos adequados e livres, com uma distribuição heterogênea e extensiva.

Pelas características citadas anteriormente, verifica-se que a ocupação espacial da favela, dos loteamentos clandestinos e demais ocupações irregulares é desprovida de qualificação urbana e nula com relação a quaisquer aspectos de coletividade. “Na favela, não há o conceito de espaço público... Na favela, há de tudo, menos o público. Tudo é privado e o que não é privado, não é de ninguém.” (JAUREGUI, 2000.) A afirmativa do arquiteto é forte, mas constitui a realidade. O processo de adequação urbana das ocupações irregulares se propõe a melhorar a qualidade de vida dos usuários do espaço ocupado. As melhorias recebidas pela população habitante nas áreas ocupadas irregularmente são as de infra-estrutura básica, como canalização de córregos, adequação de instalações de energia, saneamento, pavimentação entre outras. Este trabalho de reordenamento articula, no espaço, o uso e a ocupação do mesmo permitindo a execução das obras, qualificação do modo de morar construindo e adequando casas, abrindo espaços, delimitando arruamentos, protegendo córregos entre outras ações. Deste ordenamento dos assentamentos irregulares resultam áreas livres que recebem atribuições de controle de uso do solo. Pretendem garantir o controle das expansões de construções e

a ampliação da densidade já saturada. Assim, as áreas restantes, após a organização física das casas e ruas podem ser qualificadas recebendo projetos de intervenção urbana com a produção de espaços públicos de uso coletivo.

É evidente que, quando em um bairro degradado ou não conformado urbanisticamente se reconstrói – ou constrói – um espaço público, este atua como um spot exemplar, como motor de uma regeneração do entorno sob a iniciativa dos próprios usuários, inclusive provocando um novo equilíbrio da demografia, freqüentemente alterada pela persistência de umas condições físicas deficientes e pela ausência de uma estrutura de habitabilidade e de significação e representação urbanas (...) **A criação de espaço livre e a atribuição de um significado a este espaço são os dois fatores decisivos para a reconstrução de um bairro.** Esta é a política urgente de transformação, porque através dela se conseguem três objetivos muito claros – a permeabilidade e higienização sem destruir a estrutura essencial do bairro, uma maior aglutinação social do setor afetado mediante os processos de significação e monumentalização, e a geração de transformações sucessivas a partir do foco constituído pelo novo espaço livre. (ORIOLO BOHIGAS apud FRANÇA, 2000, p. 185, grifo do autor).

A colocação de Bohigas situa-nos da relevância do tratamento e transformação destes espaços. Criar o espaço público e dotá-lo de significado é uma forma de garantir

aspectos essenciais que o urbanismo prevê. Milton Santos alerta sobre a relação simbiótica entre o espaço e o usuário e suas ações.

o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas e ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes... os sistemas de ações não se dão sem os sistemas dos objetos. (1999, p. 51)

Pela complexidade de relações e formas de uso dos espaços em assentamentos irregulares, o espaço público de uso coletivo assume um papel de grande relevância. Ele recebe como espaço físico e sistema de objetos, a atribuição de ser suporte para ações conectando o sistema biunívoco proposto por Santos (1999), permitindo a inserção destes usuários na compreensão da coletividade, no uso e compreensão das qualidades urbanas.



PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
PÚBLICO NA GUARAPIRANGA

# 31

PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
PÚBLICO NA GUARAPIRANGA

---



“uma nova e necessária orientação de projeto, tendo como tese central a qualificação de espaços públicos que permitissem ao espaço antigo, informal e abandonado, elevar-se à condição de novo bairro incorporado à cidade reconhecida” (FRANÇA, 2000, p. 23)

A produção do espaço público de uso coletivo nas intervenções urbanas promovidas pelo Programa Guarapiranga, não se distinguem muito do processo geral de intervenção nesses assentamentos irregulares.

As características de ocupação da região da Bacia da Guarapiranga auxiliam no entendimento do espaço público ali produzido. França (2000, p.186) fala de fatores associados como a extrema pobreza dos moradores e da rugosidade topográfica que impedem a presença e a consolidação da vida pública. É possível falar “de uma massa de objetos pousados na paisagem” com uma alta densidade de ocupação desprovida de qualquer diálogo com a topografia e com a malha urbana existentes. Uma situação de total irregularidade urbana que, na ausência de um sistema de objetos não conseguia efetivar um sistema de ações sociais.

As primeiras intervenções ocorridas, pela ação do Programa Guarapiranga, em sete favelas escolhidas aleatoriamente, determinaram a necessidade de revisão no procedimento de ação. Nos primeiros casos, as intervenções se limitavam a dotar de saneamento básico e infra-estrutura viária que permitisse a coleta de resíduos sólidos e lixo, atendendo às diretrizes gerais do Programa Guarapiranga. A urbanização de favelas era entendida como resolução às questões de saneamento ambiental. Detectou-se que, na

finalização dos serviços de implantação de infra-estrutura básica os espaços residuais eram agregados pela população para ampliações de residências e até a construção de novas casas, invadindo as vielas sanitárias públicas. Este fato além de reconfigurar a ilegalidade que se tentava regularizar, possibilitava a ampliação da densidade de ocupação, já saturada, da região lindeira ao manancial de abastecimento de água. O Programa observou porém, que isto apresentava também novas oportunidades de ação. Os espaços residuais possuíam o potencial de controle das expansões e adensamentos ilimitados. Baseados no aprendizado das primeiras experiências, em 1994 a SEHAB, através da equipe liderada pela arquiteta Elisabete França resolveu modificar a condução do subprograma 3 – Recuperação Urbana.

Nesta nova visão da SEHAB quanto a execução da recuperação urbana surgiram os questionamentos sobre os loteamentos legalizados e os irregulares, com uma pressão ocupacional maior. Esta questão tratava diretamente do estabelecimento do conceito central desta nova visão:

incorporar a cidade irregular à cidade legal, dotando a primeira da infra-estrutura necessária para atingir padrões razoáveis de urbanidade, conduzindo-a à condição de bairro socialmente integrado à cidade reconhecida (FRANÇA, 2004, p. 117).

Isto criou um novo desafio aos projetos que era o de incorporar às necessidades de saneamento ambiental, a qualificação dos espaços. Estava consolidado o entendimento de que não existe uma periferia uniforme e sim existem bairros com características e lógicas próprias, com caráter, e cultura específicas e isso conduziu às ações do programa assim divididas:

- 1) respostas às necessidades básicas,
- 2) significação dos espaços

A significação dos espaços busca a qualificação da coletividade através dos valores urbanos.

Neste momento, o subprograma 3 passava a atender não somente as favelas mas as demais formas de assentamentos irregulares na Bacia do Guarapiranga. A elaboração do Termo de Referência e Diretrizes para Projetos, por uma consultoria especializada, foi o passo seguinte. O vetor de condução para o termo de referência era direcionar os projetos para o objetivo central do Programa Guarapiranga, que é o saneamento ambiental da área, ampliando as premissas para a recuperação das áreas esquecidas pelo poder público. Nas diretrizes gerais do termo (CALDER, 1994, p. 3.2) são citadas as ações de solução dos problemas de infra-estrutura e as interferências no entorno, a demanda local por equipamentos e mobiliário urbano como forma de dotar “o núcleo urbano como um bairro integralmente atendido”. Calder (1994, p.3.2) ainda enfatiza

a necessidade de levantamento das influências e interferências nas escalas urbanas além das favelas como meio de harmonizar as intervenções eliminando a possibilidade de uma visão restrita da região. Também ficou determinado pelo termo que a reorganização da ocupação física deveriam integrar o núcleo à malha viária do entorno, extrapolando os limites físicos do núcleo quando necessário, sob tutela da Coordenação Geral do Programa PMSP-SEHAB. Ainda no termo de referências é possível encontrar a questão do uso do solo em áreas de uso anteriormente indefinidas ou esvaziadas por procedimentos de remoção. Então, atendendo à necessidade de controle e estagnação do crescimento da ocupação os espaços deveriam ser equipados.

Calder(1994, p. 3.5) também fala que os espaços de uso coletivos deveriam ser dimensionados de acordo com a oferta de áreas internas e adjacentes. E isto não deixava de configurar uma nova oportunidade que era a de criar espaços de encontros sociais. Permitir que os espaços residuais, dentro ou nos limites das favelas, recebessem estas atribuições era "como criar a referência de que aquele espaço público era respeitado por todos" (SAMPAIO, 2008). As áreas de interesse comum deveriam ter seus usos definidos para a possibilidade do exercício das atividades coletivas. "O propósito era de que a população se apropriasse dos espaços. Como permitir que a população tivesse um

exercício de cidadania. Para aprender a usar o que é público” (SAMPAIO, 2008). Os elementos e equipamentos do espaço público deveriam ser dimensionados e distribuídos de acordo com as normas das concessionárias. Também ficaram determinados que a circulação de pedestres deveria se dar, preferencialmente, através de rampas e, quando não fosse possível através de escadas nas vielas de circulação com orientações de dimensionamento atendendo aos padrões de ergonomia.

Identificou-se a necessidade de acompanhar a dinâmica da realidade dos assentamentos irregulares através de mediações, readequações e atendimento às reivindicações da comunidade. E, no Termo de referência para projetos, Calder (1994, p.3.15) recomenda a discussão exaustiva com a população a fim de conciliar anseios e medidas a suas formas de apropriação do espaço urbano. As mediações necessárias entre o projeto executivo, a área de intervenção e a comunidade ficou a cargo da Coordenação do Programa em conjunto com a equipe social da PMSP, e com as gerenciadoras de projetos, de obras e social.

Neste momento, após a etapa da elaboração do Termo de Referência e Diretrizes para Projetos, o Programa percebeu a necessidade da existência de uma Coordenação de Projetos. Assumiu esta função a arquiteta Márcia Lagreca através do

consórcio de gerenciamento JNS-Hagaplan. Foram contratados arquitetos, em fins de 1994, para a urbanização de 30 favelas.

Para a elaboração dos projetos em assentamentos irregulares foi, inicialmente, determinado um traçado urbano geral para tentar solucionar as questões de acessibilidade de pedestres, veículos, serviços urbanos e redes de infra-estrutura nos parâmetros mínimos determinados pelo Programa. À partir disto foram demarcadas as necessidades de remoções, reassentamentos, consolidação do solo, recomposição e proteção de taludes. Uma questão reconhecida foi a da elaboração dos projetos executivos antes da execução das obras. As mediações de acompanhamento das obras exigem uma constante negociação para a estagnação do adensamento. No andamento das obras, projetos precisaram ser revistos, revisados e alterados e através da existência do projeto básico esta situação foi solucionada.

Baseados nos trabalhos sociais é que os projetos foram sendo adequados e agregaram ao espaço público de uso coletivo os valores, hábitos e cultura das comunidades. As obras passaram, então a ter um acompanhamento para levantamento, por parte da gerenciadora de projetos, dos espaços livres restantes. Destes levantamentos os projetos foram elaborados de modo a articular os espaços livres para

proporcionar locais de convivência através da exploração das características da configuração topográfica e das morfologias locais. E foram entregues à população praças, parques, playground, na tentativa de atender à demanda de lazer, esporte e encontros sociais, estimulando o exercício de cidadania. Com isso os objetivos de caracterização de bairro e integração foram consolidados.

Os casos de espaço público de uso coletivo produzidos nos Núcleos Jardim Kagohara, Parque Boulogne e Jardim Vista Alegre serão tratados à seguir. Os três núcleos estão localizados na porção esquerda da represa Guarapiranga próximos à Estrada do M'Boi Mirim, situados conforme a figura 31.1 e 31.2.

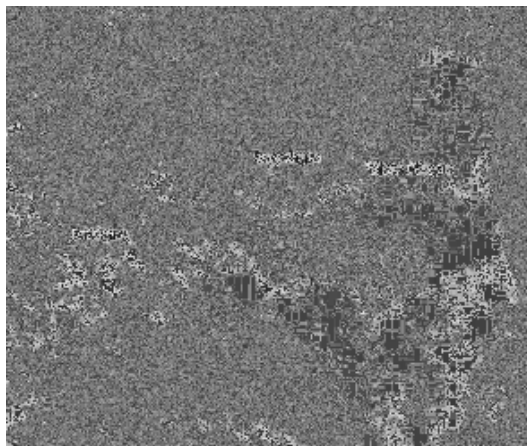


Figura 31.1 Trecho da Bacia do Guarapiranga com a localização dos núcleos em estudo.



Figura 31.2 Trecho da Bacia do Guarapiranga com a localização dos núcleos em estudo.



# 32

---

JARDIM KAGOHARA

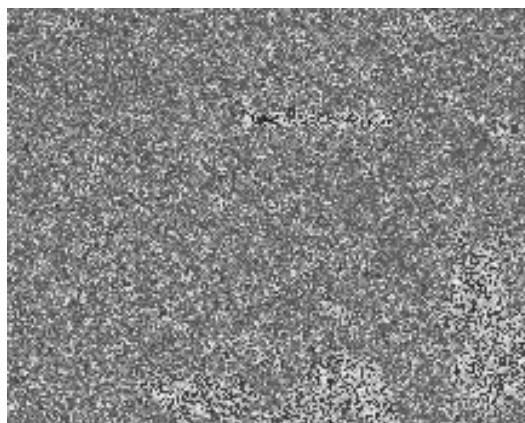


Figura 32.1 Vista Aérea Jardim Kagohara I

O Núcleo Jardim Kagohara recebeu a intervenção de qualificação urbana no Jardim Kagohara I entre os meses de Junho a Novembro de 1999. Para o benefício de 77 famílias foram construídas cinco casas, canalizados 1278 m de córregos, 2516 m<sup>2</sup> de ruas pavimentadas e 4000m<sup>2</sup> de praça (Figura 32.1) e áreas livres. Os agentes de intervenção direta neste núcleo foram a Construbase Construtora de Obras Básicas de Engenharia Ltda (Construbase) e, o responsável pelo projeto executivo foi a Tecton Planejamento e Assessoria S/C Ltda (Tecton). O espaço público de uso coletivo neste núcleo teve o projeto

feito pela Tecton, sob responsabilidade do Arquiteto Pascoal Guglielmi e pela JNS-Hagaplan.

Espaço Público de uso coletivo

Ocupação Existente



Figura 32.2 – Vista Aérea Jardim Kagohara I

É possível observar o espaço de uso público contíguo à ocupação utilizando a premissa do Termo de Referências para projetos na figura 32.2. Implantada na base de um talude, com forma determinada pela área remanescente caracterizada pela conformação plana. Recebe a função de reguladora do uso do solo, impedindo o processo de ampliação do adensamento. Configurando um cenário urbano com as edificações e fachadas, a praça estabelece a inserção do vazio no ambiente caracterizado pela alta densidade.

Atendendo ainda às premissas do Programa ela estabelece relações de ligação com a malha urbana das adjacências através das ruas de acesso que lhe ladeiam. A presença de vegetação (Figura 32.3) visando, não só a qualidade urbana através de seus elementos morfológicos mas, também a oportunidade de replantio de espécies nativas da

Determinação projetual de  
plantio de espécies nativas.

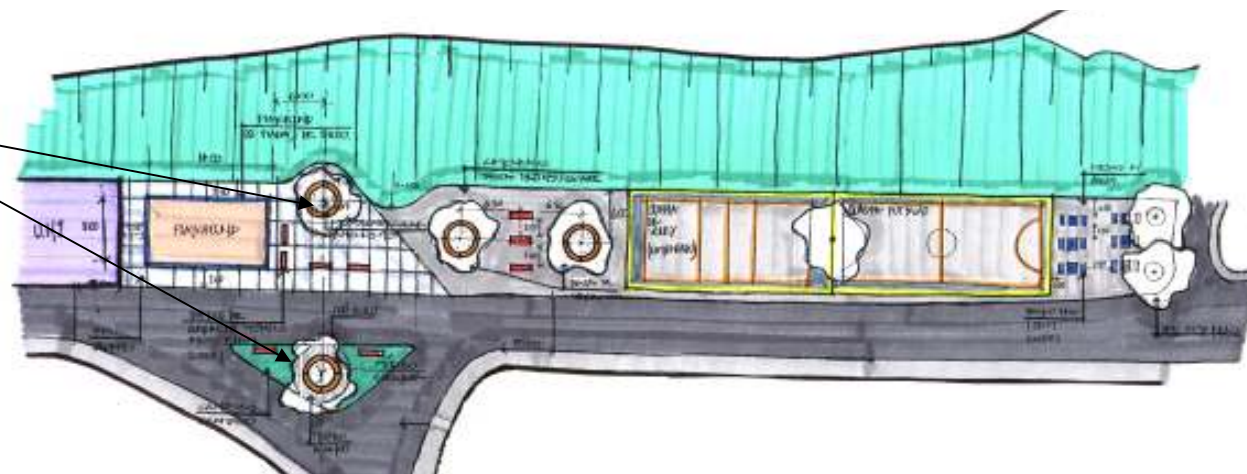


Figura 32.3 Croquis de definição projetual da praça do Jardim Kagohara I



Figura 32.4 Espaço de descanso e contemplação. praça Jardim Kagohara I



Figura 32.5 Espaço de descanso e contemplação, praça Jardim Kagohara I



Figura 32.6 Quadras de vôlei e futebol da praça do Jardim Kagohara I



Figura 32.7 – Brinquedo instalado na área de playground da praça Jardim Kagohara I

região é objeto de planejamento da praça. O mobiliário urbano está presente equipando as necessidades e usos numa escala mais próxima do usuário. De maneira a atender as funções de encontro social foram produzidos espaços de descanso e contemplação (Figuras 32.4 e 32.5), quadras de vôlei e futebol (Figura 32.6) que permitem o desenvolvimento do sentimento de coletividade, as mesas de jogos e os equipamentos do playground (Figura 32.7) destinados ao uso infantil como meio de atender a uma grande diversidade de demanda de faixas etárias.

Esta variação na demanda de equipamentos e espaços é congruente e sensível aos levantamentos de fixação por décadas de famílias no local. A vitalidade é verificada pela presença do usuário, apresentando a eficiência e o estabelecimento de justiça na produção deste espaço público de uso coletivo.

É possível detectar neste espaço os elementos de composição morfológica e de ações do espaço urbano público de uso coletivo pretendido pela programação e pelo plano do Programa Guarapiranga, concluindo o processo sugerido por Lamas(2004) com a fase de projeto e implantação . Ele se baseia nos princípios determinados de doação de qualidade urbana, logo, física e social ditos por autores como Santos(1999), Lamas(2004) e Kohlsdorf(1996).



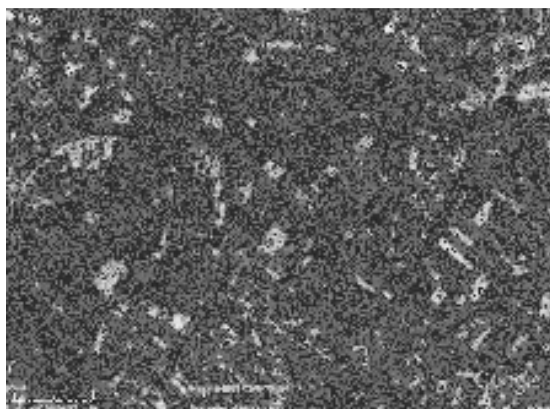


Figura 33.1 – Vista Aérea do Parque Boulogne

O Parque Boulogne está situado na subprefeitura do M'Boi Mirim. Os trabalhos de qualificação urbana neste loteamento iniciaram-se em Julho de 1996 e tiveram seu término dois anos após, beneficiando a 800 famílias. As obras canalizaram 1.575m de córregos, com 34.500m<sup>2</sup> de ruas pavimentadas e a construção de praças (Figura 33.1) e áreas livres. Na execução das intervenções neste núcleo a Engeform S/A Construções e



Comércio foi a responsável pela obra e a CPS Engenharia pelo projeto. Especificamente para o caso da praça que aqui é estudada o projeto é de autoria da JNS – Hagaplan.

A área em que foi implantado o espaço de uso coletivo estava abandonada. Sua topografia é configurada por um desnível intenso, isto dividiu o loteamento em plataformas que não se comunicavam por falta de acesso. O espaço residual do loteamento é público e se configurava por uma variação brusca de curvas de nível (Figuras 33.2 e 33.3) o que favorecia a erosão e o acúmulo de lixo em sua cota mais baixa. Essa configuração do solo definiu o princípio de comunicação entre as plataformas que direcionou o projeto do espaço, portador de uma difícil relação entre os edifícios e as fachadas e a rua (Figura 33.4).

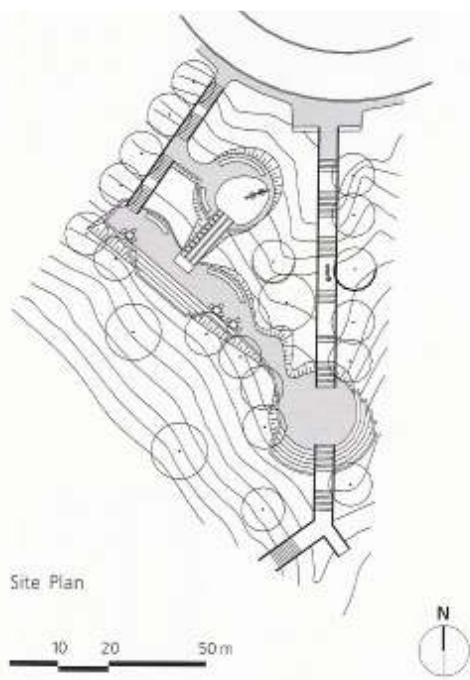


Figura 33.2 – Planta Baixa da praça



Figura 33.3 – Vista Parcial da praça

É possível observar na busca de comunicação entre as áreas do loteamento a observância da premissa de ligação dos espaços públicos da região como uma rede. Isto se caracteriza pela busca de acesso à praça e da praça com a rua, permitindo assim a ligação com os acessos principais do loteamento que



Figura 33.4 Vista Aérea do conjunto da ocupação e da praça





Figura 33.5 Escadarias da praça do Parque



Figura 33.6 Escorregador e escadas para lazer infantil, praça Parque Boulogne



Figura 33.7 Espaço de Contemplação e Estar, praça Parque Boulogne

são as Estradas do M'Boi Mirim e da Baronesa.

Atendendo à necessidade de contenção do terreno e drenagem da sub-bacia foram implantadas escadarias e plataformas de contenção. Neste projeto a configuração do solo foi determinante em suas soluções como a segmentação dos espaços em plataformas interligadas por escadarias (Figura 33.5). O mobiliário urbano para equipar o lazer destinado a crianças foi projetado tomando como partido a relação desnível e plataforma (Figura 33.6). Espaços de contemplação e estar (Figura 33.7) também foram previstos estabelecendo relações visuais claras entre cheios e vazios do entorno. O projeto também previu o replantio de espécies nativas que configuram a vegetação no espaço público urbano.

Ainda é possível verificar a capacidade de controle e acesso que o espaço produzido é capaz de proporcionar. A praça do Parque Boulogne tem o propósito de convergir as interações sociais para seu espaço dotando-o de vitalidade.

3.4

JARDIM VISTA ALEGRE

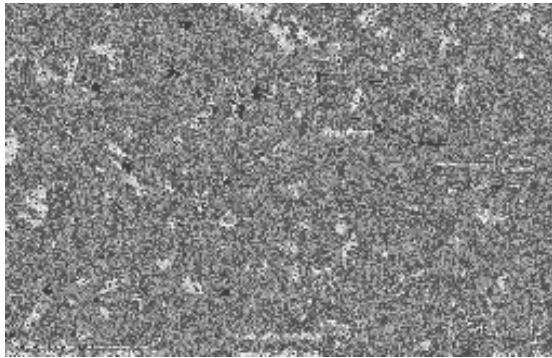
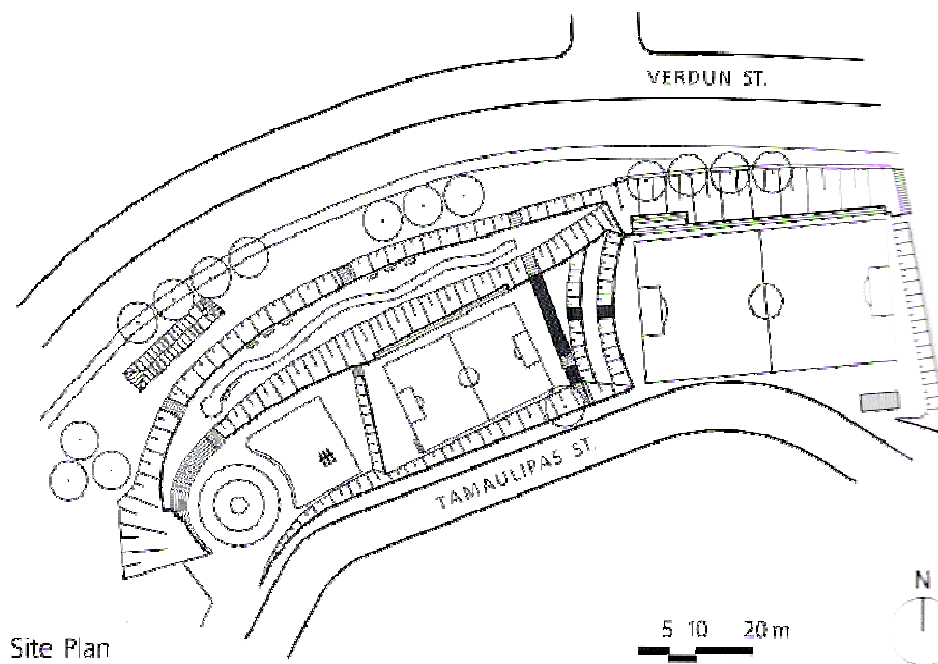


Figura 34.1 Vista Aérea da Praça

O Jardim Vista Alegre se localiza na subprefeitura do M'Boi Mirim e teve suas obras de qualificação urbana ocorridas de Julho de 1997 até setembro de 1998. A intervenção beneficiou 200 famílias com a canalização de 352m de córregos expostos, a pavimentação de 9.511 m<sup>2</sup> de ruas e a construção de uma praça (Figuras 34.1 e 34.2) com 7000m<sup>2</sup> em área de lazer. Os agentes da intervenção neste núcleo foram: Blokos Engenharia Ltda responsável pela execução e a Pertécnica Consultoria e Projetos S/C

Ltda responsável pelo projeto executivo. Para o projeto do espaço público foram responsáveis a Pertécnica e a JNS – Hagaplan.



Site Plan

Figura 34.2 – Planta baixa da praça

O espaço de uso público situa-se contíguo ao loteamento e foi executado em área pública. Por muito tempo o espaço sem tratamento foi utilizado para o descarte tipo “bota-fora” configurando um aterro de ponta, determinando sua configuração em taludes inadequados. Esta conformação favorecia a ocorrência de processos erosivos e o



Figura 34.3 Vista Aérea da Praça do Jardim Vista Alegre



Figura 34.4 Campo de Futebol da Praça do Jardim Vista Alegre



Figura 34.5 Playground da Praça do Jardim Vista Alegre

assoreamento, contínuo, da represa. A construção da praça permitiu o controle do uso do solo e a recuperação geomorfológica (FRANÇA, 200, P.187).

A intencionalidade da produção do espaço da praça como elemento de convergência da comunidade local é clara neste caso. Ladeada por duas vias, o espaço da praça libera a circulação entre os desníveis do terreno de implantação do loteamento, além de possuir acesso principal pela Avenida Guarapiranga e pela Estrada do Itupu.

Como ponto central entre estas duas áreas, a praça estabelece a presença do vazio necessária à ocupação adensada (Figura 34.3). Nela foram distribuídos equipamentos de mobiliário urbano e esporte e, a vegetação.

Com dimensões generosas para áreas de grande adensamento, as intervenções neste espaço disponível, conforme chamou Calder(1994) favoreceu as



Figura 34.6 Vista do campo de Bocha, praça do Jardim Vista Alegre



Figura 34.7 Pista para caminhadas da Praça do Jardim Vista Alegre

interações sociais. Isto, à partir da instalação de equipamentos de uso coletivo para esporte, lazer, festividades e jogos permitindo o desenvolvimento de sensações de urbanidade atendendo aos propósitos do programa. Para os esportes coletivos foram implantados um campo de futebol e uma quadra poli esportiva(Figura 34.4). Para a demanda de espaços de uso infantil uma área de playground foi equipada com brinquedos (Figura 34.5). Na cota superior da praça foram instalados vestiários e campos de bocha com uma exploração da vista para a represa (Figura 34.6). Ainda explorando o novo cenário urbano em plataforma intermediária entre os dois níveis de via (Figura 34.7) foi implantada uma pista para caminhadas configurando um “belvedere para a represa”(FRANÇA, 2000, p. 187).

# 4

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção do espaço público nos assentamentos irregulares da bacia da Guarapiranga foi, no presente trabalho, percorrido.

As ações do Programa Guarapiranga foram vista e analisadas. As experiências do Programa Guarapiranga são caracterizadas por uma vontade de agir sobre a situação irregular em que milhares de famílias vivem nesta área da RMSP.

Apresentando coerência com as colocações de Santos (1999) sobre a indissociabilidade entre um sistema de ações e um sistema de objetos o Programa



Guarapiranga reformulou a tese central do sub-programa 3 de recuperação urbana para a qualificação dos espaços públicos. A sensibilidade da gestão do programa enxergou no morador em situação irregular um agente ativo neste sistema de objetos configurado pela cidade, para a proteção do manancial. Á partir deste ponto foi compreendido pelo programa que seria possível adequar este sistema de objetos que é a configuração física e morfológica da cidade ao uso, às necessidades básicas de reconhecimento do usuário como cidadão responsável por suas ações. Assim, a adequação de um sistema de objetos aos moradores, que são os agentes de ações, proporcionaria um espaço público regulado e equilibrado.

As ações de qualificação urbana nas favelas e demais assentamentos irregulares da região foram desenvolvidas à partir do entendimento do processo de produção do espaço público sugerido por Lamas(2004). Compreendendo o crescimento por expansão somado às alterações constantes em seu interior, a equipe do Programa Guarapiranga, agiu na busca do estabelecimento do controle utilizando em favor da qualidade urbana a organização das forças de ação nas ocupações irregulares. Assim a proposta foi de estabelecer um território.

A produção do espaço público ocorreu em paralelo a todas as ações de qualificação urbana destes assentamentos irregulares. Em uma complexa equipe multidisciplinar, diversas responsabilidades foram divididas e somadas apresentando a configuração de um Plano, estabelecido inicialmente pelo Sub-programa 3 de recuperação urbana através das análises provenientes do primeiro lote de obras feita pela SEHAB; uma Programação amparada pelo plano desenvolvida no termo de referência e diretrizes para projetos e o projeto desenvolvido e executado antes e durante todo o desenvolvimento dos projetos. Tudo isso em uma seqüência estabelecida de Plano, Programação e Projeto sem limites definidos entre eles.

A proposta de valorização dos espaços de convivência citada por França(2000), foi buscada à partir da implantação e produção de espaços públicos de uso coletivos. Para isso os assentamentos irregulares foram dotados dos elementos morfológicos necessários ao suporte das ações e sensações sugeridas em Lynch(1985). A doação destas características urbanas é que permitem as afirmações de particularidades e individualidades das identidades (LYNCH, 1980, p.18).

O planejamento dos espaços públicos urbanos na Guarapiranga explorou suas potencialidades buscando o reconhecimento do usuário com o espaço permitindo sua

qualificação. As observações desta pesquisa explicitam a relevância da sensibilidade dos gestores deste processo para a diversidade de aspectos envolvidos neste processo. A equipe responsável pela produção destes espaços foi determinante para o entendimento da necessidade de um desenho urbano qualificado em intervenções tão complexas, dinâmicas e mutantes como as feitas em assentamentos irregulares.

Os três casos apresentados do Parque Boulogne, do Jardim Kagohara e do Jardim Vista Alegre demonstraram a presença da intenção, de uma leitura urbana de respeito aos moradores e eficiência na articulação dos espaços com as ações sugeridas. A expressão “ações sugeridas” significa uma intenção projetual de qualidade urbana e para a implantação de uma cultura urbana nestes moradores. A presente pesquisa sugere o uso de avaliações pós-ocupação que sejam capazes de mensurar e amparar novos processos de produção do espaço público em áreas de assentamentos irregulares.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- BUENO, Laura Machado de M. Projeto e Favela: Metodologia para Projetos de Urbanização. **PÓS**. São Paulo, n.9, p. 68-86, jun. 2001.
- 2- CALDER, Douglas Malcon. **Termo de Referência e diretrizes para projetos**: Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga. São Paulo: PMSP/ SEHAB, 1994.
- 3- CARR, Stephen et al. **Public Space**. New York: Cambridge, 1992.

- 4- CREUS, Màrius Quintana. **Espacios, Muebles y Elementos urbanos** in SERRA, Josep Ma. Elementos Urbanos, mobiliário y microarquitectura. 3ª ed. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998, p. 6-14.
- 5- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.
- 6- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Design em Espaços**. São Paulo: Edições Rosari, 2002.
- 7- \_\_\_\_\_. **Leitura sem Palavras**. São Paulo: Ática, 2004.
- 8- \_\_\_\_\_. **Os Significados Urbanos**. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2000.
- 9- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- 10-FRANÇA, Elisabete (Coord). **Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no Município de São Paulo**. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000. 256 p.
- 11-\_\_\_\_\_ Programa Guarapiranga: um projeto estratégico de desenvolvimento sustentável. In **Melhores Trabalhos Discentes 2006**. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UPM. São Paulo, 2006. 1 CD-ROM.

- 12-FRANÇA, Elisabete. BAYUEX, Gloria. **Favelas Upgrading. A cidade como integração dos bairros e espaço de habitação.** 2002 Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq027/arq027\\_00.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq027/arq027_00.asp)> . Acesso em 23 jul. 2007.
- 13-GEHL, Jan & GEMZOE, Lars. **Novos Espaços Urbanos.** Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- 14-JAUREGUI, Jorge. **La favela es um espacio espiritual.** Disponível em: <[HTTP:\\www.jauregui.arq.br/favelas\\_cast\\_espirit.html](HTTP:\\www.jauregui.arq.br/favelas_cast_espirit.html)> . Acesso em 21 jun. 2007.
- 15-KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: UNB, 1996.
- 16- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Porto: 3ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004
- 17-LIMA, Mayumi Souza W. **Arquitetura e Educação.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- 18-LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Edições 70, 1980.
- 19-\_\_\_\_\_. **La Buena forma de la ciudad.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1985.

- 20- MOURTHÉ, Claudia R. **Mobiliário Urbano em diferentes cidades brasileiras**: Um estudo comparativo. 1998. 280 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- 21-PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Sehab. GEU-Favelas. **Urbanização de Favelas em São Paulo**- Uma experiência de Recuperação Ambiental. São Paulo, 1992
- 22-PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Sehab. Programas. Disponível em: <<http://portal.prefeitura.sp.gov/secretarias/habitacao/programas/0005>> . Acesso em 08 out. 2007.
- 23-Rio de Janeiro. **Programa Favela-Bairro**. Disponível em: <<http://www.fau.ufrj.br/prourb/cidades/favelas/frame.html>> . Acesso em 22 jun. 2007.
- 24- SAMPAIO, Ricardo Corrêa. **Depoimento Concedido** a Silvia Maria de Góes Carvalho em 16 de maio de 2008.
- 25- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- 26- SÃO PAULO (Prefeitura). **Especificações Técnicas para elaboração de Projetos Executivos**. Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga – Adequação de Infra-estrutura em Loteamentos e Urbanização de Favelas, São Paulo, mai. 1995.



- 27-SOLIA, Mariângela; FARIA, Odair M.; ARAÚJO, Ricardo. **Mananciais**. Região Metropolitana de São Paulo. 144 f. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Sabesp, 2007.
- 28-TANAKA, Marta Maria Soban. **Favela e Periferia**. Estudos de Recomposição Urbana. 1993. 263 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- 29-YÁZIGI, Eduardo. **O Mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.